

## **1 Contexto operacional**

A Diagnósticos da América S/A (Companhia), com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa e foi listada no Novo Mercado da Bovespa com seus valores mobiliários negociados desde o dia 19 de novembro de 2004, sob o código DASA3.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços à pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar e outras modalidades de custeio da saúde, nas áreas de: (i) análises clínicas, diretamente ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; e (ii) outros serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear, sendo que a administração não os controla separadamente nos seus processos de negócios, não configurando, portanto, segmentos reportáveis.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros. A Companhia atua no mercado de apoio a laboratórios através da marca Álvaro e oferece serviços para o setor público de saúde através da marca CientificaLab. A Companhia pode também participar de outras sociedades.

A Companhia encerrou o exercício com 523 unidades de atendimentos:

<b>Marcas</b>	<b>Estado</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Delboni Auriemo (i)	São Paulo	41	41
Lavoisier	São Paulo	81	78
Bronstein	Rio de Janeiro	42	42
Lâmina (i)	Rio de Janeiro	13	13
Pasteur	Brasília	23	22
Frischmann	Paraná	42	42
Image	Bahia	4	5
Laboratório Álvaro	Paraná	14	18
LabPasteur	Ceará	18	18
Vita-Lâmina	Santa Catarina	2	2
Atalaia	Goiás	21	22
Exame	Brasília	22	19
MedImagem	Rio de Janeiro	7	7
Hospital Mãe de Deus	Porto Alegre	2	1
Cedic/Cedilab	Mato Grosso	11	13
Unimagem	Ceará	1	1
CERPE	Pernambuco	40	43
Sérgio Franco	Rio de Janeiro	78	76
Proecho	Rio de Janeiro	15	15
Multi Imagem	Rio de Janeiro	6	6
CDPI	Rio de Janeiro e São Paulo	7	6
Previlab	São Paulo	19	20
Cytolab	São Paulo	12	11
Alta Excelência Diagnóstica - <i>Premium</i>	São Paulo	<u>2</u>	<u>1</u>
		<u>523</u>	<u>522</u>

(i) A marca Club DA contava em 31 de dezembro de 2012 com 23 unidades sendo 19 unidades anexas à marca Delboni Auriemo e 4 unidades à marca Lâmina.

Adicionalmente, o CientificaLab opera no segmento de saúde pública, cuja receita tem origem nos contratos firmados com clientes do setor público de saúde. Esta operação encerrou o exercício de 2012 com 25 clientes que demandaram 1,4 milhão de requisições de exames. O CientificaLab atende em 589 pontos de coleta, sendo 86 hospitais e 503 ambulatoriais, que não estão relacionados nas unidades listadas acima.

As informações, listadas acima, não fazem parte do escopo de trabalho de auditoria dos auditores.

## 2 Aquisições de controladas

### a) Combinação de negócios

#### Aquisição da MD1 Diagnósticos S.A.

A Companhia adquiriu, em 05 de janeiro de 2011, 100% do capital social da MD1 Diagnósticos S.A. ("MD1"). A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas:

Caixa	R\$ 88.232
Incorporação de ações	<u>R\$ 1.832.044</u>
Total	<u>R\$ 1.920.276</u>

O valor do patrimônio líquido da MD1, para fins de aumento de capital da Companhia em decorrência da incorporação de ações, foi objeto do laudo de avaliação elaborado em 07 de dezembro de 2010 pela Plural Capital Consultoria e Assessoria Ltda. Nos termos do laudo de avaliação, o valor econômico da MD1 foi fixado em R\$ 1.976.705 que, deduzida a parcela de R\$ 88.232 pagos à vista pela Companhia pela aquisição das participações minoritárias nas sociedades do grupo MD1 ( (i) 16,50% da CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda., (ii) 28,00% da Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. e (iii) 10,00% da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda), resultou no valor econômico final da MD1 de R\$ 1.888.473, superior, portanto, ao montante do aumento de capital da Companhia. O aumento do capital social da Companhia realizado em decorrência da incorporação de ações foi de R\$ 1.832.044, correspondente ao preço de emissão das novas ações a R\$ 22,29 por ação, resultando em 82.191.275 de ações emitidas de acordo com os parâmetros fixados para a relação de substituição das ações de emissão da MD1 por ações do capital social da Companhia, tendo sido estabelecido que o valor econômico da MD1, deduzido da parcela paga em dinheiro pela Companhia pelas participações minoritárias nas sociedades do grupo MD1, representa 26,36% do capital social da Companhia, em bases diluídas após a incorporação de ações. A relação de substituição foi objeto de revisão e análise realizadas pela N M Rothschild & Sons (Brasil) Limitada, consubstanciadas em opinião emitida em 03 de dezembro de 2010 ("Fairness Opinion"), onde concluiu que a relação de substituição foi considerada justa, do ponto de vista financeiro, para a Companhia. A relação de substituição foi fixada em 0,94134556, levando a uma emissão de 82.191.275 novas ações da Companhia em substituição a 77.370.392 ações da MD1.

A Incorporação de Ações permitirá à DASA continuar participando do desenvolvimento da medicina diagnóstica no país e tem como benefícios esperados de natureza empresarial, patrimonial, legal e financeira desta operação, os seguintes:

- Maior capacidade de processamento de análises clínicas, com ganhos de escala que serão capturados pela combinação dos negócios da DASA e da MD1;
- Maior ocupação dos equipamentos de procedimentos diagnósticos de imagem, considerando a expertise combinada dos dois grupos;
- Agregação de marcas sólidas, forte produção acadêmica das equipes técnicas na área de patologia e radiologia e ganhos na percepção da comunidade médica dos mercados de atuação;

- Forte convergência de culturas e estratégias dos grupos, o que tende a ampliar a capacidade de execução das integrações necessárias para o bom desenvolvimento dos negócios;
- Redução de custos em áreas administrativas, operacionais e comerciais, com o aproveitamento de sinergias e eventual readequação da ocupação física das respectivas áreas;
- Otimização da rede de atendimento nas unidades localizadas em regiões atualmente não atendidas pela DASA ou com capacidade limitada de atendimento, especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro;
- Compartilhamento de práticas empresariais, visando à redução de riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez; e
- Re-segmentação do portfólio de marcas e modelos de atendimento, com o objetivo de prover um melhor serviço aos clientes, aprimoramento dos canais de serviços e construção de novo plano de expansão orgânica, após a integração operacional e administrativa da MD1.

A operação possibilitará, ainda, a exploração pela DASA de outros ativos operacionais dos Acionistas MD1, incluindo aqueles relacionados a serviços de análises clínicas e à operação de aparelhos de tomografia computadorizada por emissão de pósitrons (Pet CT) em determinados hospitais.

A operação foi submetida aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Vide comentários adicionais sobre esse assunto no item (b) desta Nota Explicativa.

Em decorrência da reorganização societária de MD1 e da aquisição das participações nas sociedades do grupo MD1 listadas abaixo, as participações da MD1 e da Companhia nas sociedades, na data de aquisição, passaram a ser as seguintes:

Sociedade	Participação MD1	Participação DASA
MD1 Diagnósticos S.A.	-	100,00%
Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda.	100,00%	-
CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	83,50%	16,50%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	72,00%	28,00%
Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	90,00%	10,00%

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

<b>Ativo</b>	<b>MD1</b>	<b>CDPI</b>	<b>CRMI</b>	<b>Pro-echo</b>
<b>Circulante</b>	<b>1</b>	<b>10.666</b>	<b>6.117</b>	<b>11.385</b>
Caixa e bancos	1	355	777	151
Aplicações financeiras	-	-	42	-
Clientes	-	8.684	3.943	7.124
Estoques	-	275	356	144
Impostos a recuperar	-	793	549	2.050
Despesas antecipadas	-	28	7	11
Outros créditos	-	531	443	1.905
<b>Não circulante</b>	<b>287.980</b>	<b>41.680</b>	<b>16.462</b>	<b>29.315</b>
Depósitos judiciais	-	753	377	133
Impostos diferidos	-	7.402	1.554	6.914
Partes relacionadas	-	308	-	-
Investimento	276.054	3	-	-
Imobilizado	-	32.956	14.351	22.259
Intangível	11.926	258	180	9
<b>Total do ativo</b>	<b>287.981</b>	<b>52.346</b>	<b>22.579</b>	<b>40.700</b>

<b>Passivo</b>	<b>MD1</b>	<b>CDPI</b>	<b>CRMI</b>	<b>Pro-Echo</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.991</b>	<b>19.233</b>	<b>5.211</b>	<b>17.751</b>
Fornecedores	-	3.052	954	1.478
Empréstimos e financiamentos	-	6.392	1.564	11.843
Salários, encargos sociais e férias a pagar	-	2.013	455	1.219
Impostos e contribuições a recolher	-	342	160	161
Passivo descoberto controladas	1.407	281	-	-
Outras contas a pagar	584	7.153	2.078	3.050
<b>Não circulante</b>	<b>1.550</b>	<b>15.663</b>	<b>4.097</b>	<b>25.343</b>
Empréstimos e financiamentos	-	12.939	2.212	7.556
Impostos parcelados	-	723	285	361
Impostos diferidos	-	58	401	891
Provisão para contingências	-	336	1.199	1.778
Outras contas	1.550	1.607	-	14.757
Participações de não controladores	-	(52)	236	-
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>284.440</b>	<b>17.502</b>	<b>13.035</b>	<b>(2.394)</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>287.981</b>	<b>52.346</b>	<b>22.579</b>	<b>40.700</b>

Os ágios reconhecidos como resultado da incorporação de ações da MD1 e das sociedades do grupo MD1 foram identificados conforme abaixo:

	<b>MD1</b>	<b>CDPI</b>	<b>CRMI</b>	<b>Pro-echo</b>	<b>Total</b>
Participação societária	100,00%	16,50%	28,00%	10,00%	
Preço de aquisição	1.832.043	50.068	33.627	4.537	1.920.275
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (a)	284.440	2.888	3.650	(239)	290.739
Ágio	1.547.603	47.180	29.977	4.776	1.629.536

(a) Ajustado ao percentual de participação.

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 4.797 referentes a honorários legais externos, laudos de avaliação e custos de due diligence. Os honorários legais e os custos de due diligence foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado de 2011.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, e registrada na controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda, que na data da aquisição era controlada de MD1 Diagnósticos S.A., no montante de R\$ 269.027:

R\$ 233.279 (i)  
R\$ 35.748 (ii)

R\$ 269.027

(i) marcas que são amortizadas numa base linear ao longo da vida útil estimada de 30 anos;

(ii) relacionamento com hospitais que são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada de 20 anos.

#### **Aquisição da Previlab Análises Clínicas Ltda.**

A Companhia, através de sua controlada DASA Brasil Participações Ltda., adquiriu, em 04 de julho de 2011, 100% do capital social da Previlab Análises Clínicas Ltda., sociedade com sede na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, sendo que 20% do capital social de PREVILAB será transferido em até 5 anos. O valor de aquisição da PREVILAB foi de R\$ 20.936, sendo R\$ 8.313 pagos à vista, R\$ 9.107 já adiantados em forma de mútuo, o qual será quitado mediante a transferência de quotas remanescentes, e R\$ 3.516 que ficarão retidos pelo período de seis anos como garantia de contingências.

Esta aquisição fortalece a atuação da Companhia em análises clínicas e anatomia patológica e amplia sua atuação geográfica no interior do Estado de São Paulo, visto que a PREVILAB detém suas operações nos Municípios de Piracicaba, Americana, Limeira, Santa Bárbara D'Oeste, São Pedro, Rio das Pedras, Tietê e Capivari, por meio de 17 estabelecimentos à época da aquisição.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.127</b>	<b>Circulante</b>	<b>6.146</b>
Caixa e bancos	88	Fornecedores	834
Clientes	213	Empréstimos e financiamentos	1.213
Estoques	180	Salários, encargos sociais e férias a pagar	999
Impostos a recuperar	646	Impostos e contribuições a recolher	202
		Imposto de renda e contribuição social	154
		Impostos parcelados	1.958
		Outros contas a pagar	786
 <b>Não circulante</b>	 <b>7.791</b>	 <b>Não circulante</b>	 <b>4.312</b>
Depósitos judiciais	336	Empréstimos e financiamentos	71
Investimento	30	Impostos parcelados	2.102
Imobilizado	1.550	Provisão para contingências	141
Intangível	5.875	Impostos diferidos	1.998
		 <b>Passivo a descoberto</b>	 <b>(1.540)</b>
		Capital Social	518
		Prejuízos Acumulados	(2.058)
 <b>Total do ativo</b>	 <b><u>8.918</u></b>	 <b>Total do passivo</b>	 <b><u>8.918</u></b>

Os ágios apurado pela comparação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em relação à contraprestação paga está abaixo demonstrada:

Participação societária	100%
Preço de aquisição	20.936
Passivo a descoberto	<u>1.540</u>
Ágio	<u>22.476</u>

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 597, referentes a honorários legais externos, laudos de avaliação e custos de due diligence. Os honorários legais e os custos de due diligence foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado do exercício de 2011.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida na data de aquisição no montante de R\$ 5.875, sendo R\$ 2.948 referentes a contratos com hospitais que será amortizado em 20 anos e R\$ 2.927 referentes à marca que será amortizado em 30 anos, contados a partir de julho de 2011.



O processo de alocação do ágio foi concluído em 30 de junho de 2012, com a finalização do estudo de determinação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, preparado por avaliador independente.

A aquisição da Previlab foi submetida aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, conforme a legislação aplicável.

Conforme informado na nota explicativa nº 3, a Previlab incorporou em 31 de dezembro de 2012 sua controladora DASA Brasil Participações Ltda.

#### **Aquisição da CYTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica Citologia Diagnóstica e Análises Clínicas Ltda.**

A Companhia, através de sua controlada DASA Empreendimentos e Participações Ltda., adquiriu em 04 de julho de 2011, 100% do capital social da CYTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica Citologia Diagnóstica e Análises Clínicas Ltda., sociedade com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. O valor da aquisição da CYTOLAB foi de R\$ 11.099, sendo R\$ 9.899 pagos à vista e R\$ 1.200 que ficarão retidos pelo período de seis anos como garantia de contingências (vide Nota 20).

Esta aquisição fortalece a atuação da Companhia em análises clínicas, anatomia patológica e citologia diagnóstica e amplia sua atuação geográfica no interior do Estado de São Paulo, visto que a CYTOLAB detém suas operações nos Municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Arujá, Itaquaquecetuba, todos situados no Estado de São Paulo, por meio de seus 10 estabelecimentos à época da aquisição.

O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>1.173</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.833</b>
Caixa e bancos	23	Fornecedores	704
Clientes	1.056	Empréstimos e financiamentos	379
Estoques	94	Salários, encargos sociais e férias a pagar	442
		Impostos e contribuições a recolher	56
		Imposto de renda e contribuição social	38
		Impostos parcelados	195
		Outros contas a pagar	19
<b>Não circulante</b>	<b>2.111</b>	<b>Não circulante</b>	<b>2.563</b>
Investimento	43	Empréstimos e financiamentos	1.195
Imobilizado	972	Impostos parcelados	1.293
Intangível	1.096	Provisão para contingências	75
		<b>Passivo a descoberto</b>	<b>(1.112)</b>
		Capital Social	740
		Prejuízos Acumulados	(1.852)
<b>Total do ativo</b>	<b>3.284</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>3.284</b>

Os ágios apurado pela comparação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em relação à contraprestação paga está abaixo demonstrada:

Participação societária	100%
Preço de aquisição	11.099
Passivo a descoberto	<u>1.112</u>
Ágio	<u>12.211</u>

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição de R\$ 338 referentes a honorários legais externos, laudos de avaliação e custos de due diligence. Os honorários legais e os custos de due diligence foram incluídos nas despesas administrativas da Companhia na demonstração de resultado do exercício de 2011.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida na data de aquisição no montante de R\$ 1.096, sendo R\$ 594 referentes a contratos com hospitais que será amortizado em 20 anos e R\$ 502 referentes à marca que será amortizado em 3 anos, contados a partir de julho de 2011.

O processo de alocação do ágio foi concluído em 30 de junho de 2012, com a finalização do estudo de determinação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, preparado por avaliador independente.

A aquisição da CYTOLAB foi submetida aos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, conforme a legislação aplicável.

Em 20 de fevereiro de 2013, o conselho administrativo de defesa econômica aprovou a operação objeto do ato de concentração nº 08012.007540/2011-58 referente a aquisição da CYTOLAB, determinando apenas a alteração na abrangência geográfica da cláusula de não concorrência pactuada com os vendedores.

Conforme informado na nota explicativa nº 3, a CYTOLAB foi incorporada pela Companhia em 30 de novembro de 2012.

## **b) Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”)**

Em 26 de outubro de 2011, a Companhia celebrou com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos autos do Ato de Concentração nº 08012.010038/2010-43, um Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação (“APRO”), relativo ao Contrato de Associação celebrado para aquisição das empresas do Grupo MD1 (“Operação”). O APRO tem por objetivo prevenir, até o julgamento do mérito do Ato de Concentração e em relação às empresas objeto da Operação (grupo MD1), alteração irreversível ou de difícil reparação, assegurando a reversibilidade da Operação na hipótese do CADE eventualmente entender que será necessária à imposição de restrições quando do julgamento do mérito. A assinatura do APRO não implica qualquer vinculação do CADE quanto à análise do mérito ou qualquer antecipação no que se refere ao resultado do julgamento do Ato de Concentração, bem como não obriga a Companhia à reversão das medidas de integração adotadas anteriormente a sua celebração.

Conforme previsto no APRO, a Companhia contratou auditor independente, a BDO RCS Auditores Independentes, para atestar o cumprimento do APRO. Em todos os relatórios bimestrais já emitidos a BDO concluiu que foram atendidas todas as exigências estabelecidas nas cláusulas do APRO referentes às obrigações a serem cumpridas pelos Compromissários.

A Companhia, baseada em parecer de seus assessores jurídicos, concluiu que, para fins do cumprimento das obrigações de divulgação de informações da ICVM 480, a DASA não é parte relacionada às sociedades do Grupo Amil, pois tais sociedades não são controladas ou controladoras de DASA, tampouco estão sob controle comum, direto ou indireto, ou seus controladores exercem influência significativa sobre a DASA

A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE) emitiu, em 05 de março de 2012, o parecer técnico nº 06145/2012/RJ referente ao ato de concentração entre as empresas Diagnósticos da América S/A e MD1 Diagnósticos S/A, de conteúdo meramente opinativo, que recomenda a aprovação da Operação com as restrições apresentadas no referido parecer. A emissão deste parecer não implica qualquer vinculação do CADE quanto à análise do mérito ou qualquer antecipação do resultado do julgamento desse órgão sobre a associação. O parecer apresentado pela SEAE está, aparentemente, lastreado em premissas baseadas em dados parciais, relativas a interpretações sobre relações societárias entre DASA, acionistas pessoas físicas vinculadas à JHSPE Empreendimentos e suas controladas, Amil Participações S.A e suas controladas e FMG Empreendimentos Hospitalares. O parecer técnico se encontra disponível na página da internet:

<http://www.fazenda.gov.br/littera/pdf/08012010038201043.pdf>

A opinião da SEAE não resultará na reversão das medidas de integração já adotadas até o momento da assinatura do APRO, como a incorporação da MD1 Participações Ltda. pela Companhia. A Operação continua sob exame do CADE e a Companhia permanece cooperando ativamente para a conclusão positiva da análise. Nesse contexto, a Companhia está segura de que o CADE será capaz de examinar, de maneira adequada e criteriosa, os dados de mercado e as relações societárias existentes entre alguns acionistas da Companhia e terceiros, para concluir que da Operação não resultam preocupações de natureza concorrencial, ao contrário do que sugere a opinião da SEAE.

Em especial, a Companhia entende que o CADE avaliará dois eventos relevantes ocorridos após a emissão da opinião da SEAE: i) o desfazimento de vínculo societário indireto entre a FMG Empreendimentos Hospitalares e a Amil Participações S.A., anunciada ao mercado por fato

relevante desta em 25/09/2012; e ii) a alienação do controle acionário da Amil Participações S.A. por certos acionistas pessoas físicas vinculadas à JHSPE Empreendimentos para a UnitedHealth Group Incorporated (UHG), anunciada ao mercado por fato relevante de 08.10.2012 da Amil Participações S.A. A Companhia entende que tais fatos supervenientes afetam de forma relevante as interpretações constantes na opinião da SEAE a respeito da Operação e contribuem positivamente para a avaliação concorrencial.

A Companhia também está segura de que o CADE poderá apreciar os efeitos pró-competitivos da Operação, que trará eficiências significativas ao setor de serviços auxiliares de apoio diagnóstico, e continuará cooperando intensa e ativamente com o CADE, confiante na sua aprovação em um prazo razoável.

**c) Reestruturação Societária – incorporação da MDI Participações Ltda. pela Companhia**

*Aporte de capital em DASA Empreendimentos e Participações Ltda.*

Em 03 de setembro de 2011, a Companhia realizou o aporte de bens e direitos na controlada DASA Empreendimentos e Participações Ltda. no montante de R\$ 2.049.614, correspondente ao valor total das participações societárias a valor de livros e os respectivos valores de ágio apurado nas seguintes sociedades:

	<u>Participação Societária</u>	<u>Ágio</u>	<u>Total do aporte de capital</u>
MDI Diagnósticos S/A	159.967	1.707.750	1.867.717
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	21.673	45.225	66.898
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.	6.443	29.821	36.264
Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	74.042	4.693	78.735
	<u>262.125</u>	<u>1.787.489</u>	<u>2.049.614</u>

Nesta mesma data, foi alterada a razão social da controlada para MD1 Participações Ltda.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de outubro de 2011, foi aprovada a proposta para a incorporação pela Companhia, de sua controlada MD1 Participações Ltda.

Em cumprimento ao disposto na Lei 6.404/76, foi contratada a KPMG Auditores Independentes para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da incorporada a valor contábil levantado na data-base de 30 de junho de 2011.

### 3 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

	% de participação para consolidação	
	31/12/12	31/12/11
<b>Controladas diretas:</b>		
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	99,99%	99,99%
DASA Finance Corporation	100,00%	100,00%
DASA Brasil Participações Ltda. <b>(d)</b>	-	99,00%
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife S.A. (CERPE)	100,00%	100,00%
DASA Log Empreendimentos Ltda.	99,00%	99,00%
DASA Sudoeste Participações Ltda.	99,00%	99,00%
DASA Nordeste Participações Ltda.	99,00%	99,00%
DASA Centro-Oeste Participações Ltda.	99,00%	99,00%
DASA Property Participações Ltda. <b>(a)</b>	99,00%	-
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	69,58%	69,15%
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	99,99%	100,00%
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	99,99%	100,00%
Laboratórios Médicos Dr.Sérgio Franco Ltda.	99,99%	100,00%
CYTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica Citologia Diagnóstica e Análises Clínicas Ltda. <b>(b)</b>	-	100,00%
Previlab Análises Clínicas Ltda. <b>(d)</b>	99,56%	-
<b>Controladas indiretas:</b>		
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	30,42%	30,85%
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda.	99,99%	99,90%
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Petrópolis Ltda.	70,00%	70,00%
Imagem e Diagnóstico Ltda.	99,99%	99,94%
Check-Up UP - Unidade Prevent., Diagn. e Medicina Preventiva Ltda. <b>(c)</b>	99,99%	55,00%
INCEBRAS Instituto Brasileiro da Coluna e do Cerebro Ltda.	29,00%	29,00%
Multimagem PET S/A.	100,00%	100,00%
Previlab Análises Clínicas Ltda. <b>(d)</b>	-	100,00%
STAT Análises Clínicas Ltda.	99,66%	98,00%

(a) Em 09 de fevereiro de 2012, foi constituída a empresa controlada DASA Property Participações Ltda., que tem por objeto social (i) a participação em quaisquer outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, no Brasil ou no Exterior; e (ii) administração de bens próprios e/ou de terceiros. As atividades da Empresa ainda não tiveram início.

(b) Conforme AGE realizada em 30 de novembro de 2012, a controlada CYTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica Citologia Diagnóstica e Análises Clínicas Ltda. foi incorporada pela Companhia.

O laudo de avaliação foi elaborado por empresa especializada com base nos valores contábeis da CYTOLAB, sociedade incorporada, na data-base de 30 de setembro de 2012, demonstrados a seguir:

	<b>Cytolab</b>
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	902
Contas a receber de clientes	2.409
Imobilizado	954
Outros créditos	<u>555</u>
	<u>4.820</u>
Passivo	<u>2.237</u>
Acervo líquido	<u>2.583</u>

(c) Em 21 de dezembro de 2012 a empresa controlada CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. adquiriu as participações minoritárias de Check-Up UP - Unidade Prevent., Diagn. e Medicina Preventiva Ltda. correspondente a 45% do capital social da sociedade por R\$ 165. Com esta aquisição a CDPI passou a deter 99,99% do capital social de Check-Up UP.

(d) Em reunião de sócios realizada em 31 de dezembro de 2012 da controlada indireta Previlab Análises Clínicas Ltda. ("Previlab") foi aprovada a incorporação da sua controladora DASA Brasil Participações Ltda. ("DASA Brasil"). Com a incorporação a Previlab passou a ser controlada direta da Companhia

O laudo de avaliação foi elaborado por empresa especializada com base nos valores contábeis da controladora DASA Brasil, sociedade incorporada, na data-base de 30 de setembro de 2012, demonstrados a seguir:

	<b>DASA Brasil</b>
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	45
Aplicações financeiras	3.901
Intangível	22.476
Outros créditos	<u>11.158</u>
	<u>37.580</u>
Passivo	<u>14.128</u>
Acervo líquido	<u>23.452</u>

## 4 Base de preparação

### 4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e o resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de março de 2013.

### 4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 – Contas a receber de clientes
- Nota 21 – Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis
- Nota 5.8 – Redução ao valor recuperável (impairment) – principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado utilizado no cálculo do teste de recuperação do ágio.
- Nota 25 – Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

#### 4.5 Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.

#### 4.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.



## 5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

### 5.1 Base de consolidação

#### *i. Combinação de negócios*

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, as combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### *ii. Aquisição de participação de acionistas não-controladores*

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

#### *iii. Controladas*

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### *iv. Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 5.2 Moeda estrangeira

#### *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento dos balanços. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos no resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

### 5.3 Instrumentos financeiros

#### *i. Ativos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que podem ser resgatados diariamente com o próprio emissor do instrumento financeiro sem perda relevante de rendimento.

*ii. Passivos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

### *iii. Capital social*

#### *Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### *Recompra de ações (ações em tesouraria)*

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### *iv. Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção contra riscos associados à variação cambial de posições registradas no balanço patrimonial e que estejam atreladas à moeda estrangeira, e resumem-se em “swap”. Assim, a Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

Destaca-se que toda operação com derivativos é submetida, previamente à contratação, à aprovação do Comitê Executivo da Companhia e validado pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares.

Para todos os riscos (à exceção de risco de liquidez e de crédito) aos quais a Companhia estiver exposta na contratação de instrumentos financeiros derivativos, é obrigatória a elaboração mensal de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 50 e 100% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas de juros e/ou cotações de moedas envolvidas nestas transações.

Os instrumentos derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos

aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na Nota Explicativa nº 25.

#### 5.4 Imobilizado

##### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas no resultado.

##### *ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

##### *iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel ou vida útil dos bens, dos dois o menor. A partir de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo critério de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, para uma melhor adequação aos seus resultados dos gastos incorridos em benfeitorias com o período de ocupação destes imóveis, considerando como prazo para depreciação o período de ocupação contratual e sua prorrogação pelo mesmo período inicial garantido legalmente.

## 5.5 Ativos intangíveis e ágio

### *i. Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 2.

### *ii. Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### *iii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### *iv. Amortização*

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgados na nota explicativa nº 14.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

## 5.6 Arrendamento mercantil

### *i. Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 27. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

### *ii. Arrendamento mercantil operacional*

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os incentivos de arrendamentos pagos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

## 5.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 120 dias.

## 5.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

### *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

### *ii. Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

## 5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.



#### 5.10 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos ao Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

#### 5.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos bancários, financiamentos e parcelamento de impostos e variações cambiais passivas.

#### 5.12 Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;

### *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável estão apresentados líquidos.

### *Imposto sobre vendas*

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

## 5.13 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

#### 5.14 Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

#### 5.15 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 5.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes.

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Sociedade.

IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão).

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Sociedade.

IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos.

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Sociedade entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

#### 5.17 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes.

IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda).

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, IAS 27 Demonstrações financeiras separadas.

IFRS 13 Mensuração do valor justo

#### **Melhorias anuais – maio de 2012**

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre a Companhia:

IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras.

IAS 16 Imobilizado.

IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação.

IAS 34 Demonstrações financeiras intermediárias.

#### 5.18 Remuneração baseada em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia nos curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

#### 5.19 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 5.20 Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia não aplica o ajuste a valor presente, devido à irrelevância dos valores envolvidos.

#### 5.21 Reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício de 2011

##### Depósitos judiciais

Para uma apresentação mais clara do saldo de Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (Provisão para contingências), o saldo de Depósitos judiciais foi reclassificado da rubrica Provisões para contingências (como conta redutora) para a rubrica Depósitos Judiciais (conta do Ativo não circulante) no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2011. Anteriormente, as provisões para contingências eram apresentadas pelo seu montante líquido dos correspondentes depósitos judiciais. O valor reclassificado foi de R\$ 70.301.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável passaram a ser apresentados líquidos. Anteriormente, o imposto de renda diferido ativo e passivo da mesma entidade tributável era apresentado separado no ativo e passivo não circulante. O valor reclassificado foi de R\$ 112.806.

## 6 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### 6.1 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado do imobilizado é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### 6.2 Intangível

O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

### 6.3 Derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto as suas razoabilidades através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

### 6.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados para a data das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## 6.5 Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo dos pagamentos a empregados baseados em ações e os direitos sobre valorização de ações são mensurados com base no preço da ação a valor de mercado (cotação BMF&Bovespa) e proporcionais às quantidades de ações e aos dias decorridos entre a data da eleição do beneficiário ao plano e a data das demonstrações financeiras.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Caixa e bancos	12.669	1.876	16.087	11.445
Aplicações financeiras	<u>139.877</u>	<u>155.102</u>	<u>212.432</u>	<u>238.500</u>
	<u>152.546</u>	<u>156.978</u>	<u>228.519</u>	<u>249.945</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa classificado no ativo circulante consolidado está demonstrada a seguir:

	<b>31/12/12</b>		<b>31/12/11</b>	
	<b>Valor</b>	<b>Rendimento médio no período</b>	<b>Valor</b>	<b>Rendimento médio no período</b>
Caixa e bancos	16.087		11.445	-
Fundo de renda fixa	<u>212.432</u>	102,63% do CDI	<u>238.500</u>	100,95% do CDI
	<u>228.519</u>		<u>249.945</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 8 Aplicações financeiras

		Controladora			
		31/12/2012		31/12/2011	
	Moeda	Valor em R\$	Rendimento médio no período	Valor em R\$	Rendimento médio no período
Fundo de renda fixa (a)	R\$	<u>46.803</u>	102,63% do CDI	<u>48.351</u>	100,95% do CDI
Ativo circulante		<u>-</u>		<u>(10.475)</u>	
Ativo não circulante		<u>46.803</u>		<u>37.876</u>	

  

		Consolidado					
		31/12/2012			31/12/2011		
	Moeda	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no período	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no período
Fundo de renda fixa (a)	R\$	-	57.635	101,70% do CDI	-	85.504	100,95% do CDI
Título da dívida pública brasileira	US\$	9.515	19.443	1,76% a.a.	10.805	20.269	3,06% a.a.
Títulos de empresa privada	US\$	6.122	<u>12.510</u>	4,74% a.a.	5.665	<u>10.627</u>	6,43% a.a.
			<u>89.588</u>			<u>116.400</u>	
Ativo circulante			<u>(31.953)</u>			<u>(41.371)</u>	
Ativo não circulante			<u>57.635</u>			<u>75.029</u>	

(a) O montante consolidado de R\$ 57.635 (85.504 em 31 de dezembro de 2011) aplicado em fundos de renda fixa corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição.

A redução do saldo em 2012 foi devido à antecipação do pagamento dos dividendos mínimos assegurados ao acionista não controlador de controladas, conforme nota explicativa 20 (b).



## 9 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Circulante</b>				
Duplicatas a receber:				
A vencer	216.209	211.512	288.535	241.061
Vencidos <b>(b)</b>	<u>178.985</u>	<u>156.665</u>	<u>230.834</u>	<u>196.017</u>
	395.194	368.177	519.369	437.078
Outras contas a receber:				
Cheques a receber	1.461	5.031	2.134	5.573
Cartão de crédito	1.458	14.990	3.434	15.695
Convênios a faturar <b>(a)</b>	<u>48.690</u>	<u>50.631</u>	<u>82.738</u>	<u>135.542</u>
	<u>51.609</u>	<u>70.652</u>	<u>88.306</u>	<u>156.810</u>
Total a Receber:	<u>446.803</u>	<u>438.829</u>	<u>607.675</u>	<u>593.888</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos	<u>(91.991)</u>	<u>(86.373)</u>	<u>(109.220)</u>	<u>(103.869)</u>
	<u>354.812</u>	<u>352.456</u>	<u>498.455</u>	<u>490.019</u>

**(a)** A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício.

**(b)** Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
0 a 30	37.344	34.133	51.618	47.076
31 a 60	18.731	11.229	24.803	17.675
61 a 90	11.787	8.550	18.391	9.957
91 a 120	10.849	8.573	16.105	10.101
121 a 180	12.713	16.746	17.453	17.912
181 a 360	22.359	20.658	29.140	25.368
acima de 360	<u>65.202</u>	<u>56.776</u>	<u>73.324</u>	<u>67.928</u>
	<u>178.985</u>	<u>156.665</u>	<u>230.834</u>	<u>196.017</u>

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Esta complexidade, historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Em menor escala há ainda perdas por inadimplência.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados

aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização destes; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a administração possui uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se a grade abaixo:

Títulos em atraso entre:	% de provisão
91 e 120 dias	25%
121 e 180 dias	50%
181 e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

A partir de 2012, a Companhia passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 2 anos. No exercício de 2012, foram baixados R\$ 19.563 por esse critério.

Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques devolvidos por insuficiência de fundos, que na controladora em 31 de dezembro de 2012 corresponde ao montante de R\$ 1.080 (R\$ 4.388 em 31 de dezembro de 2011) e no consolidado corresponde ao montante de R\$ 1.699 (4.870 em 31 de dezembro de 2011).

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nesta rubrica.

A movimentação no exercício de 2012, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, no consolidado, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(103.869)</u>
Adições	
Provisão e perdas por glosas e inadimplência	(76.673)
Reversão e baixas	
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento	51.759
Baixas de provisão sobre títulos vencidos há mais de 02 anos	19.563
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(109.220)</u>

## 10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Material direto nacional	18.265	26.178	32.523	40.832
Material direto importado	7.301	17.939	11.399	17.939
Material secundário nacional	9.661	10.240	12.211	12.257
Material de consumo	4.483	4.422	5.854	7.602
Provisão para obsolescência	<u>(250)</u>	<u>(250)</u>	<u>(545)</u>	<u>(1.263)</u>
	<u>39.460</u>	<u>58.529</u>	<u>61.442</u>	<u>77.367</u>

## 11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
INSS a recuperar	3.442	1.601	23.794	19.537
Imposto de renda retido na fonte	1.712	4.545	1.520	9.090
Imposto de renda a recuperar	24.028	28.438	39.044	32.961
Contribuição social a recuperar	23.052	21.300	30.192	24.822
COFINS e PIS retidos na fonte	18.916	18.284	25.354	20.300
Outros	<u>10.892</u>	<u>6.001</u>	<u>18.558</u>	<u>11.703</u>
	<u>82.042</u>	<u>80.169</u>	<u>138.462</u>	<u>118.413</u>

## 12 Investimentos

### (a) Informações sobre investimentos em Empresas Controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	30.969	26.985	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda	83.019	96.607	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife S.A. (CERPE)	29.370	32.964	-	-
DASA Brasil Participações Ltda.	-	1.934	-	-
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	38.459	27.840	-	-
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	10.768	12.957	-	-
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	83.914	81.933	-	-
Laboratórios Médicos Dr.Sérgio Franco Ltda.	101.820	86.347	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	23.035	-	-	-
Dasa Property Participacoes Ltda.	50	-	-	-
Dasa Nordeste Participacoes Ltda	50	-	-	-
Dasa Centro Oeste Participacoes Ltda.	50	-	-	-
Dasa Sudoeste Participacoes Ltda.	50	-	-	-
CYTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica				
Citologia Diagnóstica e Análises Clínicas Ltda.	-	406	-	-
	<u>401.554</u>	<u>367.973</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros investimentos	<u>361</u>	<u>200</u>	<u>516</u>	<u>317</u>
	<u>401.915</u>	<u>368.173</u>	<u>516</u>	<u>317</u>

<b>Empresa controlada</b>	<b>Data-base</b>	<b>Quantidade de quotas/ações do capital social</b>	<b>Quantidade de ações/quotas possuídas</b>	<b>Percentual de participação no capital integralizado</b>	<b>Capital integralizado</b>	<b>Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>Resultado do exercício</b>
DASA Real Estate	31/12/2012	25.667.078	25.667.078	99,99	25.667	30.969	9.170
	31/12/2011	25.667.078	25.667.078	99,99	25.667	26.985	144
CientificaLab	31/12/2012	27.176.629	27.176.628	99,99	38.177	83.019	(13.588)
	31/12/2011	27.176.629	27.176.628	99,99	38.177	96.607	(108)
DASA Finance (i)	31/12/2012	50.000	50.000	100,00	80	(26.130)	(4.219)
	31/12/2011	50.000	50.000	100,00	80	(21.911)	(4.612)
CERPE (ii)	31/12/2012	122.024	120.084	99,00	122	29.370	(2.467)
	31/12/2011	122.024	84.807	69,50	122	32.964	2.469
DASA Brasil Part.	31/12/2012	-	-	-	-	-	(97)
	31/12/2011	50.000	49.500	99,00	50	1.934	1.934
CDPI	31/12/2012	1.834.280	1.834.280	99,99	18.343	38.459	7.391
	31/12/2011	899.280	899.280	100,00	8.993	27.840	10.200
CRMI	31/12/2012	2.508.000	2.508.000	99,99	2.508	10.768	2.556
	31/12/2011	2.508.000	2.508.000	100,00	2.508	12.957	(681)
Pro Echo	31/12/2012	129.643.058	90.335.283	69,68	131.483	120.428	179
	31/12/2011	129.643.058	89.648.175	69,15	129.643	118.486	1.981
Lab. Méd. Dr. Sérgio Franco	31/12/2012	63.552.082	63.552.082	99,99	63.902	101.820	71.257
	31/12/2011	63.552.082	63.552.082	100,00	63.552	86.347	87.628
Cytolab	31/12/2012	-	-	-	-	-	1.484
	31/12/2011	740.000	740.000	100,00	740	406	1.097
Previlab	31/12/2012	23.009.743	23.009.743	99,56	21.198	23.035	-
	31/12/2011	-	-	-	-	-	-
Dasa Property Part.	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
	31/12/2011	-	-	-	-	-	-
Dasa Nordeste Part.	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
	31/12/2011	50.000	49.500	99,00	-	-	-
Dasa Centro Oeste Part.	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
	31/12/2011	50.000	49.500	99,00	-	-	-
Dasa Sudoeste Part.	31/12/2012	50.000	49.500	99,00	50	50	-
	31/12/2011	50.000	49.500	99,00	-	-	-

(i) A participação na DASA Finance está classificada no passivo circulante, na controladora, por apresentar passivo a descoberto.

(ii) A Companhia adquiriu 29,5% das ações em poder de não controlador, conforme nota explicativa 20(b).

**(b) Movimentação dos investimentos**

	<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>Aumento e integra- lização de capital</b>	<b>Dividendos e JSCP</b>	<b>Alocação valor justo combinação de negócio</b>	<b>Incorpo- ração de contro- ladas</b>	<b>Outros</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Saldos em 31/12/2012</b>
DASA Real Estate	26.985	-	(5.186)	-	-	-	9.170	30.969
CientíficaLab	96.607	-	-	-	-	-	(13.588)	83.019
CERPE	32.964	-	(783)	-	-	(344)	(2.467)	29.370
DASA Brasil Part.	1.934	21.148	-	-	(23.035)	50	(97)	-
CDPI	27.840	9.350	(6.220)	-	-	98	7.391	38.459
CRMI	12.957	-	(4.745)	-	-	-	2.556	10.768
Pro Echo	81.933	1.840	-	-	-	(38)	179	83.914
Lab. Méd. Dr. Sérgio Franco	86.347	350	(56.134)	-	-	-	71.257	101.820
Cytolab	406	1.705	-	(1.090)	(2.078)	(427)	1.484	-
Previlab	-	-	-	-	23.035	-	-	23.035
Dasa Property Part.	-	50	-	-	-	-	-	50
Dasa Nordeste Part.	-	50	-	-	-	-	-	50
Dasa Centro Oeste Part.	-	50	-	-	-	-	-	50
Dasa Sudoeste Part.	-	50	-	-	-	-	-	50
	<u>367.973</u>	<u>34.593</u>	<u>(73.068)</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(2.078)</u>	<u>(661)</u>	<u>75.885</u>	<u>401.554</u>

## 13 Imobilizado

Controladora					
	Taxa média Depreciação	31/12/12		31/12/11	
		% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4,00		824	(512)	312
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,80		370.096	(224.581)	145.515
Aparelhos e equipamentos	7,05		521.010	(268.901)	252.109
Móveis e utensílios	10,12		60.723	(33.205)	27.518
Instalações	8,37		29.617	(8.891)	20.726
Equipamentos de informática	10,69		129.343	(68.989)	60.354
Veículos	19,17		3.822	(3.228)	594
Biblioteca	7,48		147	(115)	32
Terrenos	-		180	-	180
Imobilizações em andamento	-		32.468	-	32.468
			<u>1.148.230</u>	<u>(608.422)</u>	<u>539.808</u>
					<u>466.594</u>

Consolidado					
	Taxa média Depreciação	31/12/12		31/12/11	
		% a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	4,00		4.564	(1.436)	3.128
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,14		451.748	(253.570)	198.178
Aparelhos e equipamentos	6,17		678.425	(358.993)	319.432
Móveis e utensílios	9,21		80.179	(39.955)	40.224
Instalações	11,52		50.161	(18.284)	31.877
Equipamentos de informática	11,24		144.035	(78.903)	65.132
Veículos	19,55		6.337	(5.498)	839
Biblioteca	5,15		233	(192)	41
Terrenos	-		6.574	-	6.574
Imobilizações em andamento	-		51.049	-	51.049
			<u>1.473.305</u>	<u>(756.831)</u>	<u>716.474</u>
					<u>655.860</u>

### *Movimentação do custo*

Controladora						
Movimento no exercício						
	31/12/11	Adições por incorporação	Adições	Baixas	Transf.	31/12/12
Imóveis	974	-	-	-	(150)	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	317.472	-	59.461	(6.837)	-	370.096
Aparelhos e equipamentos	484.888	112	44.454	(7.248)	(1.196)	521.010
Móveis e utensílios	53.506	380	7.012	(186)	11	60.723
Instalações	17.959	545	11.760	(645)	(2)	29.617
Equipamentos de informática	107.930	104	20.541	(7)	775	129.343
Veículos	3.408	134	302	(22)	-	3.822
Biblioteca	147	-	-	-	-	147
Terrenos (a)	30	-	13.707	(13.707)	150	180
Imobilizações em andamento	<u>13.000</u>	<u>-</u>	<u>19.056</u>	<u>-</u>	<u>412</u>	<u>32.468</u>
	<u>999.314</u>	<u>1.275</u>	<u>176.293</u>	<u>(28.652)</u>	<u>-</u>	<u>1.148.230</u>

- (a) No mês de dezembro a Companhia realizou a venda de imóvel próprio pelo montante de R\$ 26.100 apurando um lucro de R\$ 8.843 registrado na rubrica de Outras Receitas. A Companhia manteve suas atividades no respectivo imóvel com base em contrato de aluguel para um período de 10 (dez) anos, renovável por mais 10 (dez). Para apuração do valor de mercado para venda dos imóveis, foi contratada empresa independente especializada, a LPV Negócios Imobiliários Ltda., tendo sido recebido pela Companhia propostas de compra encaminhadas por mais de uma empresa. A venda foi realizada à EGB 01 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA., a qual apresentou a melhor proposta para a Companhia e sua controlada DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda., quanto ao valor de compra e de aluguel.



<b>Consolidado</b>					
	<b>Movimento no exercício</b>				
	<b>31/12/11</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>31/12/12</b>
Imóveis (a)	11.565	-	(6.851)	(150)	4.564
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	401.286	67.221	(15.706)	(1.053)	451.748
Aparelhos e equipamentos	619.217	59.442	(9.418)	9.184	678.425
Móveis e utensílios	73.170	8.891	(1.241)	(641)	80.179
Instalações	37.430	12.945	(902)	688	50.161
Equipamentos de informática	131.637	21.991	(1.044)	(8.549)	144.035
Veículos	6.264	570	(489)	(8)	6.337
Biblioteca	233	-	-	-	233
Terrenos (a)	6.424	13.707	(13.707)	150	6.574
Imobilizações em andamento	<u>26.942</u>	<u>23.728</u>	<u>-</u>	<u>379</u>	<u>51.049</u>
	<u>1.314.168</u>	<u>208.495</u>	<u>(49.358)</u>	<u>-</u>	<u>1.473.305</u>

- (a) No mês de dezembro a Companhia e sua controlada DASA Real Estate realizaram a venda de imóveis próprios pelo montante de R\$ 49.100, sendo R\$ 26.100 na controladora e R\$ 23.000 na controlada, apurando um lucro de R\$ 20.365, sendo R\$ 8.843 na controladora e R\$ 11.522 na controlada, registrado na rubrica de Outras Receitas. A Companhia manteve suas atividades nos respectivos imóveis com base em contrato de aluguel para um período de 10 (dez) anos, renovável por mais 10 (dez). Para apuração do valor de mercado para venda dos imóveis, foi contratada empresa independente especializada, a LPV Negócios Imobiliários Ltda., tendo sido recebido pela Companhia propostas de compra encaminhadas por mais de uma empresa. A venda foi realizada à EGB 01 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA., a qual apresentou a melhor proposta para a Companhia e sua controlada DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda., quanto ao valor de compra e de aluguel.

### *Movimentação da depreciação acumulada*

<b>Controladora</b>						
	<b>Movimento no exercício</b>					
	<b>31/12/11</b>	<b>Adições por incorporação</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>31/12/12</b>
Imóveis	(467)	-	(45)	-	-	(512)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(201.258)	-	(26.805)	3.482	-	(224.581)
Aparelhos e equipamentos	(238.324)	(20)	(35.481)	4.153	771	( 268.901)
Móveis e utensílios	(27.541)	(68)	(5.782)	186	-	(33.205)
Instalações	(6.984)	(202)	(1.990)	284	1	(8.891)
Equipamentos de informática	(55.515)	( 25)	(12.680)	4	(773)	(68.989)
Veículos	(2.526)	(31)	(693)	22	-	(3.228)
Biblioteca	<u>(105)</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(115)</u>
	<u>(532.720)</u>	<u>(346)</u>	<u>(83.487)</u>	<u>8.131</u>	<u>-</u>	<u>(608.422)</u>

<b>Consolidado</b>					
	<b>Movimento no exercício</b>				
	<b>31/12/11</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transf.</b>	<b>31/12/12</b>
Imóveis	(2.702)	(469)	1.736	(1)	(1.436)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(224.913)	(34.720)	6.069	(6)	(253.570)
Aparelhos e equipamentos	(307.400)	(49.047)	4.976	(7.522)	(358.993)
Móveis e utensílios	(32.891)	(7.065)	311	(310)	(39.955)
Instalações	(14.761)	(5.047)	389	1.135	(18.284)
Equipamentos de informática	(70.943)	(15.493)	811	6.722	(78.903)
Veículos	(4.518)	(1.232)	270	(18)	(5.498)
Biblioteca	<u>(180)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(192)</u>
	<u>(658.308)</u>	<u>(113.085)</u>	<u>14.562</u>	<u>-</u>	<u>(756.831)</u>

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

## 14 Intangível

	Taxa média Amortização	Controladora					
		31/12/12			31/12/11		
		% a.a.	Custo	Amorti- zação acumulada	Líquido	Custo	Amorti- zação acumulada
Aquisição de participação - Ágio		<u>2.128.232</u>	<u>(153.831)</u>	<u>1.974.401</u>	<u>2.136.717</u>	<u>(153.831)</u>	<u>1.982.886</u>
Outros Intangíveis							
Sistemas de informática	20	142.380	(85.444)	56.936	117.601	(63.086)	54.515
Direito de uso de área comercial	20	1.203	(537)	666	1.203	(365)	838
Outros ativos intangíveis	20	12.628	(3.622)	9.006	10.520	(1.802)	8.718
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	12.293	(12.110)	183
Desenvolvimento de projetos	33	10.259	(10.166)	93	10.259	(8.146)	2.113
Marcas	3,3	236.037	(15.300)	220.737	236.037	(8.053)	227.984
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	10	9.403	(3.767)	5.636	9.403	(2.820)	6.583
Relacionamento com Hospitais	5	<u>35.748</u>	<u>(4.188)</u>	<u>31.560</u>	<u>35.748</u>	<u>(1.787)</u>	<u>33.961</u>
		<u>459.951</u>	<u>(135.317)</u>	<u>324.634</u>	<u>433.064</u>	<u>(98.169)</u>	<u>334.895</u>
		<u>2.588.183</u>	<u>(289.148)</u>	<u>2.299.035</u>	<u>2.569.781</u>	<u>(252.000)</u>	<u>2.317.781</u>

	Taxa média Amortização	Consolidado					
		31/12/12			31/12/11		
		% a.a.	Custo	Amorti- zação acumulada	Líquido	Custo	Amorti- zação acumulada
Aquisição de participação - Ágio		<u>2.206.183</u>	<u>(205.309)</u>	<u>2.000.874</u>	<u>2.217.714</u>	<u>(205.309)</u>	<u>2.012.405</u>
Outros Intangíveis							
Sistemas de informática	20	147.885	(88.254)	59.631	122.092	(65.080)	57.012
Direito de uso de área comercial	20	1.359	(612)	747	1.359	(426)	933
Outros ativos intangíveis	20	14.018	(3.634)	10.384	11.705	(1.801)	9.904
Projeto de implantação de sistemas	20	12.293	(12.293)	-	12.293	(12.110)	183
Desenvolvimento de projetos	33	10.267	(10.210)	57	10.267	(8.148)	2.119
Marcas	3,3	251.663	(16.441)	235.222	248.234	(8.492)	239.742
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	10	9.403	(3.767)	5.636	9.403	(2.820)	6.583
Relacionamento com Hospitais	5	<u>40.488</u>	<u>(5.597)</u>	<u>34.891</u>	<u>36.946</u>	<u>(2.436)</u>	<u>34.510</u>
		<u>487.376</u>	<u>(140.808)</u>	<u>346.568</u>	<u>452.299</u>	<u>(101.313)</u>	<u>350.986</u>
		<u>2.693.559</u>	<u>(346.117)</u>	<u>2.347.442</u>	<u>2.670.013</u>	<u>(306.622)</u>	<u>2.363.391</u>

## Movimentação do custo

Controladora						
	Movimento no exercício					31/12/12
	31/12/11	Adições por incorporação	Adições	Baixas	Transf. (a)	
Aquisição de participação - Ágio	<u>2.136.717</u>	<u>-</u>	<u>1.095</u>	<u>(10.000)</u>	<u>420</u>	<u>2.128.232</u>
Outros Intangíveis						
Sistemas de informática	117.601	66	24.713	-	-	142.380
Direito de uso de área comercial	1.203	-	-	-	-	1.203
Outros ativos intangíveis	10.520	-	2.108	-	-	12.628
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	-	12.293
Desenvolvimento de projetos	10.259	-	-	-	-	10.259
Marcas	236.037	-	-	-	-	236.037
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	9.403	-	-	-	-	9.403
Relacionamentos com Hospitais	<u>35.748</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.748</u>
	<u>433.064</u>	<u>66</u>	<u>26.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>459.951</u>
	<u>2.569.781</u>	<u>66</u>	<u>27.916</u>	<u>(10.000)</u>	<u>420</u>	<u>2.588.183</u>
Consolidado						
	Movimento no exercício					31/12/12
	31/12/11	Adições	Baixas	Transf. (a)		
Aquisição de participação - Ágio	<u>2.217.714</u>	<u>1.250</u>	<u>(10.000)</u>	<u>(2.781)</u>		<u>2.206.183</u>
Outros Intangíveis						
Sistemas de informática	122.092	25.839	(46)	-		147.885
Direito de uso de área comercial	1.359	-	-	-		1.359
Outros ativos intangíveis	11.705	2.313	-	-		14.018
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-		12.293
Desenvolvimento de projetos	10.267	-	-	-		10.267
Marcas	248.234	-	-	3.429		251.663
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	9.403	-	-	-		9.403
Relacionamentos com Hospitais	<u>36.946</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.542</u>		<u>40.488</u>
	<u>452.299</u>	<u>28.152</u>	<u>(46)</u>	<u>6.971</u>		<u>487.376</u>
	<u>2.670.013</u>	<u>29.402</u>	<u>(10.046)</u>	<u>4.190</u>		<u>2.693.559</u>

(a) Transferência referente finalização do processo de identificação de ativos e passivos nas empresas adquiridas em 04 de julho de 2011, conforme Nota Explicativa nº 2.

### ***Movimentação da amortização acumulada***

	<b>Controladora</b>		
	<b>Movimento no exercício</b>		
	<b>31/12/11</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/12</b>
Aquisição de participação - Ágio	<u>(153.831)</u>	<u>-</u>	<u>(153.831)</u>
Outros Intangíveis			
Sistemas de informática	(63.086)	(22.358)	(85.444)
Direito de uso de área comercial	(365)	(172)	(537)
Outros ativos intangíveis	(1.802)	(1.820)	(3.622)
Projeto de implantação de sistemas	(12.110)	(183)	(12.293)
Desenvolvimento de projetos	(8.146)	(2.020)	(10.166)
Marcas	(8.053)	(7.247)	(15.300)
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	(2.820)	(947)	(3.767)
Relacionamentos com Hospitais	<u>(1.787)</u>	<u>(2.401)</u>	<u>(4.188)</u>
	<u>(98.169)</u>	<u>(37.148)</u>	<u>(135.317)</u>
	<u>(252.000)</u>	<u>(37.148)</u>	<u>(289.148)</u>
<b>Consolidado</b>			
	<b>Movimento no exercício</b>		
	<b>31/12/11</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/12</b>
Aquisição de participação - Ágio	<u>(205.309)</u>	<u>-</u>	<u>(205.309)</u>
Outros Intangíveis			
Sistemas de informática	(65.080)	(23.174)	(88.254)
Direito de uso de área comercial	(426)	(186)	(612)
Outros ativos intangíveis	(1.801)	(1.833)	(3.634)
Projeto de implantação de sistemas	(12.110)	(183)	(12.293)
Desenvolvimento de projetos	(8.148)	(2.062)	(10.210)
Marcas	(8.492)	(7.949)	(16.441)
Contrato de exclusividade com clientes - Unimagem	(2.820)	(947)	(3.767)
Relacionamentos com Hospitais	<u>(2.436)</u>	<u>(3.161)</u>	<u>(5.597)</u>
	<u>(101.313)</u>	<u>(39.495)</u>	<u>(140.808)</u>
	<u>(306.622)</u>	<u>(39.495)</u>	<u>(346.117)</u>

As adições à amortização acumulada demonstradas na movimentação do período foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores nacionais	53.460	40.452	83.138	64.345
Fornecedores estrangeiros	<u>1.254</u>	<u>12.296</u>	<u>1.291</u>	<u>12.296</u>
	<u>54.714</u>	<u>52.748</u>	<u>84.429</u>	<u>76.641</u>

## 16 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos médios	Venci-mento final	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b><u>Moeda nacional</u></b>						
Banco HSBC	113,0% do CDI	25/03/2013	1.251	6.260	1.251	6.260
Banco do Brasil (iii)	111,0% do CDI	01/06/2015	-	-	28.669	-
BNDES (ii) e (iii)	TJLP + 5,8% a.a.	15/05/2016	-	-	3.117	5.729
Banco Credit Suisse	102,0% do CDI	13/02/2012	-	110.252	-	110.252
Diversos bancos	115,0% do CDI	29/11/2012	-	-	70	2.852
Nota Promissória – Banco do Brasil (b)	107,0% do CDI	03/12/2012	-	150.568	-	150.568
Leasing – Diversos bancos – Nota 27 (i), (ii) e (iii)	CDI + 4,0% a.a.	26/10/2015	<u>8.246</u>	<u>11.580</u>	<u>30.801</u>	<u>30.491</u>
			9.497	278.660	63.908	306.152
<b><u>Moeda estrangeira</u></b>						
Financiamentos de Equipamentos (i), (ii) e (iii)	7,10% a.a.	01/12/2016	-	69	3.862	5.239
Leasing – Diversos bancos – Nota 27 (ii) e (iii)	6,69% a.a.	23/03/2016	18.655	29.858	21.387	34.910
Notas (Senior Notes) (a) (iii)	8,75% a.a.	29/05/2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.652</u>	<u>54.755</u>
			18.655	29.927	84.901	94.904
Custo da transação – emissão de notas (c)			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.412)</u>	<u>( 1.536)</u>
			28.152	308.587	147.397	399.520
Passivo circulante			<u>(16.840)</u>	<u>(282.864)</u>	<u>(44.520)</u>	<u>(298.198)</u>
Passivo não circulante			<u>11.312</u>	<u>25.723</u>	<u>102.877</u>	<u>101.322</u>

A Companhia não possui risco de refinanciamento a curto prazo.

Empresas garantidoras:

- (i) DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- (ii) Nota Promissória de 125% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (iii) Diagnósticos da América S.A.

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

(a) Em reunião do Conselho da Administração, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovada a emissão de notas ( *Senior Notes* ) pela subsidiária no exterior DASA Finance Corporation com o objetivo de captar recursos para financiar a expansão das atividades da Companhia. Em 29 de maio de 2008 foi concluída a emissão de notas no montante de US\$ 250 milhões, com vencimento da parcela única em maio de 2018, com incidência de encargos de juros e custo de emissão de 9,45% a.a.. O pagamento dos juros é semestral, ocorrendo sempre no dia 29 dos meses de maio e novembro. O montante principal e os juros são garantidos em caráter incondicional e irrevogável pela Controladora. As notas foram colocadas exclusivamente no exterior. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 59.652 (R\$ 54.755 em 31 de dezembro de 2011).

Em reunião realizada em 11 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização por sua subsidiária integral, Dasa Finance Corporation, a oferta de aquisição de parte e/ou a totalidade das notas em circulação, bem como a renegociação de certas obrigações (*covenants*), e adicionalmente autorizou a administração a adotar todas as providências no sentido de viabilizar instrumentos de captação que proporcionem uma melhora no perfil do endividamento da Companhia.

Como resultado final da Oferta de Aquisição, a Companhia pagou US\$ 217,8 milhões, no dia 17 de dezembro de 2010, representando cerca de 87,13% do valor total das notas em circulação. De acordo com as condições estabelecidas no contrato para o saldo remanescente das notas, a opção de resgate antecipado desta dívida é exclusiva da DASA Finance Corporation a partir de 2013. O prêmio pago na recompra das notas foi de R\$ 57.030 registrados na rubrica de despesas financeiras em 2010.

(b) Em reunião do Conselho da Administração, realizada em 14 de novembro de 2011, foi aprovada a emissão de Notas Comerciais pela Companhia, com o objetivo de captar recursos para reforçar a estrutura de capital de giro. Em 09 de dezembro de 2011 foi concluída a emissão de notas no montante de R\$ 150 milhões, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 107% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", calculadas e divulgadas pela CETIP. A remuneração foi integralmente paga na data de vencimento, 03 de dezembro de 2012. Em 23 de outubro de 2012, foi realizada a Assembleia Geral de Titulares de Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão. O titular da totalidade das Notas Comerciais em circulação deliberou e aprovou o pedido de anuência formulado pela Emissora para realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais em circulação, com seu consequente cancelamento. A Companhia realizou o resgate antecipado, cuja liquidação financeira ocorreu em 31/10/2012 no montante de R\$ 162.734.

(c) O montante dos custos de transação será apropriado no resultado linearmente até a data da quitação das notas, mediante ajuste na taxa efetiva do empréstimo.

Os empréstimos bancários e financiamentos classificados no passivo não circulante seguindo os prazos de vencimentos contratuais, serão amortizados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	8.867	32.587
2015	2.380	11.581
2016 à 2018	<u>65</u>	<u>59.861</u>
Custo de transação classificado no longo prazo	<u>-</u>	<u>(1.152)</u>
	<u>11.312</u>	<u>102.877</u>

A Companhia concedeu avais para as suas controladas conforme apresentado abaixo:

CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda	Banco ABC Brasil	4.521
	General Eletric	629
	Banco HSBC	1.798
	Banco Itaú S.A.	7.894
	Banco do Brasil	5.000
CientificaLab Produtos Lab. e Sistemas Ltda.	CSI Latina Financial	276
	Banco Pottencial	2.429
DASA Finance Corporation	Emissão de Bond	59.223
Laboratórios Médicos Dr.Sérgio Franco Ltda.	Banco Itaú S.A.	2.712
	Banco do Brasil	25.000
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	General Eletric	649
	Banco Itaú S.A.	1.099
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda.	Banco do Brasil	<u>4.000</u>
		<u>115.230</u>



## 17 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Debêntures não conversíveis	950.000	700.000
Juros remuneratórios	<u>13.239</u>	<u>14.395</u>
	<u>963.239</u>	<u>714.395</u>
Custo de transação	<u>(4.255)</u>	<u>(4.762)</u>
	<u>958.984</u>	<u>709.633</u>
Circulante	<u>(74.485)</u>	<u>(13.296)</u>
Não circulante	<u>884.499</u>	<u>696.337</u>

Os pagamentos previstos para 2013 totalizam R\$ 62.500 relativo a amortização do principal da 3ª Emissão de debêntures.

### 2ª Emissão

---

Em reunião realizada em 16 de março de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a captação de recursos mediante a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, para distribuição pública no valor total de até R\$ 810.000 com regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº. 476 de 16 de janeiro de 2009.

Em 16 de maio de 2011, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 11 de maio de 2011, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da segunda emissão da DASA. Foram subscritas 70.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2016, no valor total de R\$ 700.000. As Debêntures contam com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa correspondente a 1,40%. Sendo a data de emissão o dia 29 de abril de 2011, o valor nominal unitário de cada debênture será pago em 3 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 36º mês a contar da data de emissão. O pagamento dos juros remuneratórios é semestral, ocorrendo no dia 1º dos meses de abril e outubro, e o débito na conta corrente da Companhia ocorre um dia antes do vencimento.

O custo de transação será realizado até abril de 2016 totalizando R\$ 3.938 na data da transação.

### 3ª Emissão

---

Em 15 de outubro de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da terceira emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 25.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 250.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 01 de novembro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 31 de outubro de 2012, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da terceira emissão da DASA. Foram subscritas 25.000 Debêntures, com prazo de 4 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 250.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

O valor nominal unitário será amortizado em 4 parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. Três parcelas, cada uma no valor correspondente a 25% do valor nominal unitário de cada Debêntures, devidas em 25 de outubro de 2013, 25 de outubro de 2014 e 25 de outubro de 2015; e
- II. Uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures, devida em 25 de outubro de 2016.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 31 de outubro de 2012 no montante de R\$ R\$ 250.304 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados (i) para o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia; e (ii) o saldo para reforço do capital de giro da Companhia.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. No final do exercício a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

<b>Indicador</b>	<b>Condição contratual (a)</b>	<b>Condição em 31/12/2012</b>
1- Dívida Líquida / <i>EBITDA</i> - índice máximo		
2ª Emissão	2,50	2,08
3ª Emissão	3,00	2,08
2- <i>EBITDA</i> / Resultado Financeiro - índice mínimo		
2ª Emissão	2,00	3,58
3ª Emissão	2,00	3,58

(a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição, caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.

## 18 Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Salários a pagar	11.905	11.151	16.598	16.263
Encargos sociais a pagar	10.963	9.743	14.991	13.552
Provisão para férias e encargos sociais	36.184	30.384	48.366	41.891
Provisão para participações nos lucros e resultados	-	1.629	-	3.199
Outros	<u>357</u>	<u>180</u>	<u>1.236</u>	<u>723</u>
	<u>59.409</u>	<u>53.087</u>	<u>81.191</u>	<u>75.628</u>

## 19 Impostos parcelados

	Término da amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Programa PAES (a)	2013	1.155	3.008	1.155	3.008
REFIS IV – Federal (b)	2020	10.113	9.644	21.208	21.008
ICMS – RJ (c)		-	-	5.103	-
Outros		<u>1.124</u>	<u>887</u>	<u>5.364</u>	<u>16.508</u>
		<u>12.392</u>	<u>13.539</u>	<u>32.830</u>	<u>40.524</u>
Circulante		<u>(2.370)</u>	<u>(3.702)</u>	<u>(4.820)</u>	<u>(7.963)</u>
Não circulante		<u>10.022</u>	<u>9.837</u>	<u>28.010</u>	<u>32.561</u>

(a) Em 29 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao Programa PAES (Lei nº 10.684), declarando os débitos tributários relativos ao PIS e a COFINS que estavam sendo discutidos judicialmente. O montante da dívida consolidada está dividido em 120 parcelas mensais e atualizado utilizando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As amortizações ocorrerão até junho de 2013, e a Companhia não efetua o recolhimento com base na receita bruta, bem como não utilizou nem utiliza créditos fiscais para amortização de multas e juros. O saldo em 31 de dezembro de 2012 na controladora e no consolidado é de R\$ 1.155 (R\$ 3.008 em 31 de dezembro de 2011).

(b) Parcelamento especial de débitos federais - Lei 11.941/09 (REFIS IV)

Com a edição da Lei nº 11.941/09 foi instituído um novo programa de parcelamento especial (REFIS IV) que abrange os débitos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional- PGFN e Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive os que tenham sido objeto de parcelamento anterior. Considerando as condições favoráveis deste novo programa, a Companhia aderiu ao parcelamento em 27 de novembro de 2009, efetuando o recolhimento da primeira parcela nas condições previstas em lei, e, mensalmente, recolhendo parcelas mínimas até que a consolidação do débito fosse efetivada. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 10.113 (R\$ 9.644 em 31 de dezembro de 2011) na controladora, e R\$ 21.208 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 21.008 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

A Companhia também incluiu no programa de parcelamento débitos tributários de responsabilidade dos antigos sócios/quotistas de sociedades adquiridas. Estes débitos ainda não foram registrados na rubrica de impostos parcelados em razão de não haver sido concluído o processo de revisão com os antigos sócios/quotistas, que resultará no resgate, proporcional aos débitos assumidos pela antiga gestão, das aplicações financeiras que garantem o pagamento das obrigações assumidas na aquisição das sociedades, conforme Nota Explicativa nº 20.

O prazo para consolidação dos débitos no parcelamento especial para os grandes contribuintes com acompanhamento diferenciado foi encerrado em 30 de junho de 2011. A Companhia ainda

não concluiu a consolidação porque a informação sobre os débitos oriundos de empresas adquiridas pela Companhia, que já foram incorporadas, não estava disponível no sítio da Receita Federal do Brasil durante o período de consolidação. A Companhia, visando garantir o reconhecimento dos débitos das empresas adquiridas no parcelamento, protocolou petições entre os dias 27 e 28 de junho de 2011 junto aos órgãos que administram os débitos objetos do parcelamento, requerendo que referidos débitos constem como parceláveis no sistema E-CAC. A Companhia ainda não obteve resposta às petições protocoladas.

**(c) Parcelamento do ICMS – RJ**

Parcelamento especial de débitos no Estado do Rio de Janeiro – Lei 6.136 /11

A Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.136/11, regulamentada pelo Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 43.443/12 e pela Resolução Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 3.080/12, criou um programa especial que estabeleceu a exclusão de 100% das multas e de 50% dos juros relativos a débitos inscritos em dívida ativa, autorizando o seu pagamento em até 18 meses, ou, mediante compensação com créditos de precatórios expedidos, no limite de 95% dos débitos.

Considerando essas condições favoráveis, a Companhia, por meio de suas controladas Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda. (CRMI), Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (Pro Echo) e CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (CDPI), optou por aproveitar os benefícios da Lei, aderindo ao programa em 31/05/2012 e, assim, eliminando as contingências fiscais relativas ao ICMS cobrado sobre importações registradas em contas de provisão (Nota Explicativa nº 21, “a”)

As empresas controladas aderiram à modalidade de pagamento mediante a compensação com precatórios, no limite estabelecido na lei, sendo que a CDPI optou também por quitar parte dos seus débitos em 18 meses.

Em 01 de junho de 2012 foi efetuado o pagamento integral dos honorários advocatícios relativos aos débitos para os quais optou-se pela compensação com precatórios, em obediência ao art. 34 da Resolução Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 3.080/12. Na mesma data, foi efetuado também o pagamento pela CDPI da 1ª parcela dos débitos para os quais optou-se pela quitação em 18 meses.

A modalidade de compensação por meio de precatórios depende de deferimento do Secretário de Estado da Casa Civil, sendo que, em caso de homologação, deverá ser feito o pagamento em dinheiro de 5% dos débitos anistiados não compensáveis com precatórios, após intimação por parte da PGE (Procuradoria Geral do Estado), sob a pena de nulidade da compensação nos termos do art. 10 da Lei nº 6.136/11. Na ocasião do deferimento é que a Companhia reconhecerá no resultado o deságio havido na aquisição dos precatórios oferecidos à compensação.

O montante total dos débitos incluídos no Parcelamento Especial em questão, bem como a abertura de sua forma de quitação – compensação com precatórios ou pagamento em espécie – tem a seguinte composição:

	<b>Total</b>	<b>Precatórios</b>	<b>Em espécie</b>
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.	3.197	2.945	253
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	784	725	59
CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	<u>10.639</u>	<u>9.813</u>	<u>826</u>
	<u>14.610</u>	<u>13.483</u>	<u>1.128</u>

Já o montante dos deságios havidos na aquisição dos precatórios tem a seguinte composição:

	<b>Valor nominal</b>	<b>Deságio</b>	<b>Valor desembolsado</b>
Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.	2.945	(960)	1.985
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda.	725	(227)	498
CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	<u>9.813</u>	<u>(3.243)</u>	<u>6.570</u>
	<u>13.483</u>	<u>(4.430)</u>	<u>9.053</u>

O valor nominal líquido do deságio, referente aos precatórios, está registrado na rubrica Outros ativos não circulantes.

Em 27 de dezembro de 2012 foi publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), despacho do Secretário de Estado da Casa Civil, no qual restou formalizado o deferimento do processo administrativo E14-515.131/2012 correspondente a 1 (uma) das 2 (duas) compensações requeridas, apresentadas pela CDPI. Dessa forma, foi já efetuada a contabilização da referida compensação, por meio da baixa tanto dos débitos de ICMS informados nesse pedido de compensação, como também dos respectivos precatórios utilizados, totalizando R\$ 9.562. Ademais, foi também reconhecida, na rubrica de receitas financeiras, a parcela do deságio relativa a tais precatórios compensados, no valor de R\$ 3.160. O pagamento do montante de 5% dos débitos anistiados, não compensáveis com precatórios, será efetuado após a devida intimação por parte da PGE (Procuradoria Geral do Estado). O processo administrativo E-14-515.132/2012 continua sob análise, cujo valor nominal corresponde à R\$ 251 com deságio de R\$ 83.

Também houve a publicação, em 08 de janeiro de 2013, no DOERJ, do despacho deferindo 1 (uma) das 2 (duas) compensações requeridas pela empresa PRO ECHO, de modo que a contabilização tanto da compensação quanto do reconhecimento, no resultado, da respectiva parcela do deságio, estarão evidenciadas nas informações do 1º trimestre de 2013.

O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 5.103 no consolidado.

## 20 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

			Controladora		Consolidado	
	Atualização	Vencimento	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	05/2016	11.797	8.204	11.797	8.204
Garantida com aplicações financeiras (b)	(a)	11/2016 e 04/2017	<u>46.803</u>	<u>57.906</u>	<u>57.635</u>	<u>71.301</u>
			<u>58.600</u>	<u>66.110</u>	<u>69.432</u>	<u>79.505</u>
Circulante			<u>(1.598)</u>	<u>(11.988)</u>	<u>(1.598)</u>	<u>(11.988)</u>
Não circulante			<u>57.002</u>	<u>54.122</u>	<u>67.834</u>	<u>67.517</u>

(a) Atualizada à taxa média de 101,70% do CDI em fundos administrados por instituições financeiras, conforme Nota Explicativa nº 8.

(b) Em 06 de dezembro de 2012, a Companhia e o acionista não controlado da controlada CERPE celebraram o segundo aditivo ao acordo de acionistas, onde concordaram que fosse antecipada a transferência de 35.997 ações ordinárias de CERPE (29,5% do capital social) detidas pelo acionista não controlador para a Companhia pelo valor total de R\$ 3.398. Para o pagamento integral das ações adquiridas foram utilizados os recursos depositados em fundo de renda fixa disponíveis em conta vinculada aberta na data de aquisição de CERPE, que garantia o pagamento da parcela final de aquisição de CERPE. As ações remanescentes detidas pelo acionista não controlador, correspondente a 1% do capital social de CERPE, deverão ser transferidas e entregues em até 10 (dez) anos a contar da data de fechamento (19/11/2010), no entanto as partes acordaram que a transferência poderá ser exigida pela Companhia ou pelo acionista não controlador a partir de 03 de dezembro de 2017, ao invés de 10 de janeiro de 2014, como estava previsto no primeiro acordo de acionistas. A opção de compra corresponde a 1% do capital social de CERPE foi registrada como contas à pagar por aquisições de controladas pelo montante de R\$ 115.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2014	14.559	14.559
2015	14.981	14.981
2016	27.347	34.232
2017 a 2020	<u>115</u>	<u>4.062</u>
Total	<u>57.002</u>	<u>67.834</u>

## 21 Provisões para contingências

<b>Controladora</b>				
<b>31/12/2012</b>		<b>31/12/2011</b>		
<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	
ICMS sobre importação <b>(a)</b>	96.155	51.642	105.075	48.124
Contingências trabalhistas e cíveis <b>(b)</b>	4.182	9.908	4.965	8.183
Contingências tributárias <b>(c)</b>	<u>28.589</u>	<u>29.567</u>	<u>27.875</u>	<u>29.124</u>
	<u>128.926</u>	<u>91.117</u>	<u>137.915</u>	<u>85.431</u>
<b>Consolidado</b>				
<b>31/12/2012</b>		<b>31/12/2011</b>		
<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	
ICMS sobre importação <b>(a)</b>	96.155	51.642	105.075	48.124
Contingências trabalhistas e cíveis <b>(b)</b>	5.057	9.980	8.500	10.302
Contingências tributárias <b>(c)</b>	<u>31.039</u>	<u>33.652</u>	<u>37.848</u>	<u>30.244</u>
	<u>132.251</u>	<u>95.274</u>	<u>151.423</u>	<u>88.670</u>



**(a) ICMS sobre importação**

A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, não vinha recolhendo desde fevereiro de 2000 o ICMS na importação de insumos e equipamentos para utilização na prestação de seus serviços, uma vez que se discute se a Companhia é contribuinte do ICMS nessas transações. Para os montantes de ICMS a recolher sobre importações de insumos e equipamentos realizadas até a promulgação da Emenda Constitucional 33 de 11 de dezembro de 2001, os assessores jurídicos externos entendem que as chances de perda são remotas, já para os montantes de ICMS a recolher gerados entre a Emenda Constitucional 33 e a edição da Lei Complementar 114, de 16 de dezembro de 2002, foi atribuído o grau de risco de perda como possível. Por fim, após a edição da Lei Complementar nº 114 de 16 de dezembro de 2002, os advogados externos entendem que as chances de perda são prováveis. Diante deste fato, a Companhia decidiu depositar em juízo o montante de R\$ 46.068, em dezembro de 2011, referente aos valores de ICMS cobrados sobre as importações diretas de insumos e equipamentos desembaraçadas no Estado de São Paulo, não autuadas, pleiteando o direito de quitação do imposto por pagamento espontâneo, sem a incidência de multas e com redução de juros, mantendo-se os critérios de apuração dos valores para provisão de perdas. Houve decisão de 1ª instância parcialmente procedente à Companhia no sentido de reconhecer os argumentos apresentados para cobrança de juros e desfavorável à multa. A decisão é objeto de recurso de apelação.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante provisionado para as importações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2003 é de R\$ 96.155 (R\$ 105.075 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e no consolidado, com depósitos judiciais no montante de R\$ 51.642 (R\$ 48.124 em 31 de dezembro de 2011).

**(b) Provisões para contingências trabalhistas e cíveis**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia é parte em 916 ações trabalhistas (727 em 31 de dezembro de 2011) e em 897 ações cíveis administrativas e judiciais (793 em 31 de dezembro de 2011). As provisões de R\$ 4.182 (R\$ 4.965 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$ 5.057 (R\$ 8.500 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas de processos com avaliação de risco provável. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2012, o montante consolidado de R\$ 78.570, referente a processos classificados pelos seus assessores legais como de perda possível, dos quais R\$ 20.445 se referem a questões cíveis e R\$ 58.125 a questões trabalhistas, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância.

A Companhia também é parte num processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial cometida pela Companhia em conjunto com uma empresa de seguro saúde, visando retirá-la do mercado. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida, e, ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500.

A Companhia e sua controlada Laboratórios Médicos Dr.Sérgio Franco Ltda., foram citadas em Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro, a qual, em linhas

gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000. A Companhia está convicta que, pelas suas características específicas, a forma de contratação que vem adotando, além de regular e em estrita observância às disposições legais aplicáveis, tem apoio de precedentes jurisprudenciais favoráveis, em linha com o que tem divulgado e esclarecido no Formulário de Referência nos itens 4.1 e 4.3. Em 29 de outubro de 2012, a Companhia divulgou a referida citação como “Fato Relevante”, em atendimento à Instrução CVM nº 358 de janeiro de 2002. Houve audiência em 20 de fevereiro de 2013 a qual foi adiado *sine die*. A avaliação da administração e de seus assessores jurídicos é de que a perda é possível.

**(c) Provisões para contingências tributárias**

As provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 28.589 em 31 de dezembro de 2012 na controladora (R\$ 27.875 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 31.039 em 31 de dezembro de 2012 no consolidado (R\$ 37.848 em 31 de dezembro de 2011) correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. Tais questionamentos abrangem, basicamente, as contribuições ao PIS, COFINS, INSS e FGTS. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2012, o montante consolidado de R\$ 218.210, referente a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 159.507 referente a processos de ICMS sobre importações de equipamentos na modalidade leasing e importações diretas de insumos e equipamentos realizados entre a EC 33(editada em dezembro de 2001) e a Lei Complementar 114 (editada em dezembro de 2002), e, R\$ 58.703 refere-se a outros processos tributários de PIS, COFINS e ISS.

***Movimentação das provisões para contingências***

	Controladora					
	31/12/11	Movimento do exercício				31/12/12
	Saldo final	Adição a provisão	Adição por incorporação	Utilização e reversão	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	105.075	-	-	(17.746)	(a) 8.826	96.155
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	4.965	2.983	75	(3.841)	-	4.182
Provisão para contingências tributárias	<u>27.875</u>	<u>106</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>617</u>	<u>28.589</u>
	<u>137.915</u>	<u>3.089</u>	<u>75</u>	<u>(21.596)</u>	<u>9.443</u>	<u>128.926</u>

	Consolidado				
	31/12/11	Movimento do exercício			31/12/12
	Saldo final	Adição a provisão	Utilização e reversão	Atualização	Saldo final
ICMS sobre importação	105.075	-	(17.746) (a) e (b)	8.826	96.155
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	8.500	3.294	(6.737)	-	5.057
Provisão para contingências tributárias	<u>37.848</u>	<u>278</u>	<u>(7.704)</u> (b)	<u>617</u>	<u>31.039</u>
	<u>151.423</u>	<u>3.572</u>	<u>(32.187)</u>	<u>9.443</u>	<u>132.251</u>

(a) Parcelamento do ICMS - Estado do Paraná

A Companhia aderiu em 29 de junho de 2012 ao programa de parcelamento de débitos do ICMS instituído pela Lei nº 17.082 de 09 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 09/02/2012, para os fatos geradores que tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, optando pela quitação à vista do crédito tributário obtendo os benefícios da redução de até 95% das multas punitivas e moratórias e de 80% nos juros de mora. O montante de ICMS quitado estava devidamente provisionado nas rubricas de (i) contingências pelo montante de R\$ 17.397, que tinham como provável o risco de perda numa eventual discussão com o fisco na avaliação dos nossos assessores jurídicos externos, e, ( ii ) impostos parcelados, pelo montante de R\$ 525, que corresponde ao parcelamento realizado pela Companhia do auto de infração lavrado em 16 de janeiro de 2012. O valor desembolsado pela Companhia para quitação dos débitos, considerando os benefícios para pagamento à vista, foi de R\$ 13.933, sendo R\$ 13.483 referentes aos débitos ainda não autuados e R\$ 446 referente ao saldo do parcelamento. O montante recuperado pela Companhia pela adesão ao parcelamento foi de R\$ 3.461 contabilizado em resultado financeiro.

(b) Parcelamento especial de débitos no Estado do Rio de Janeiro – Lei 6.136 /11

A Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.136/11, regulamentada pelo Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 43.443/12 e pela Resolução Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 3.080/12, criou programa especial que estabelece a exclusão de 100% das multas e de 50% dos juros relativos a débitos inscritos em dívida ativa, autorizando o seu pagamento em até 18 meses ou, então, mediante compensação com créditos de precatórios expedidos, no limite de 95% dos débitos.

Considerando as condições favoráveis, a Companhia, por meio de suas controladas Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda., Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda., e CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda., optou por aproveitar os benefícios da Lei, efetuando a adesão ao programa em 31/05/2012 e, assim, eliminando as contingências fiscais relativas ao ICMS sobre importação registradas no montante de R\$ 15.469. As informações sobre o programa estão descritos na Nota Explicativa nº 19 - Impostos parcelados.

## 22 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 05 de janeiro de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante R\$ 1.832.044, mediante a emissão de 82.191.275 ações ordinárias, subscritas e integralizadas com as ações de emissão de MD1 Diagnósticos S.A. e incorporadas ao patrimônio da Companhia conforme Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações.

Após a incorporação de ações aprovada na assembleia de 05 de janeiro de 2011, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.234.135, representado por 311.803.015 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 de ações ordinárias.

### b. Composição Acionária (informação não auditada)

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado.

Acionistas	Posição em 31 de dezembro de 2012			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Conselho de Administração	7.470.957	2,40%	7.470.957	2,40%
Diretoria	49.310	0,02%	49.310	0,02%
Ações em tesouraria	1.159.035	0,37%	1.159.035	0,37%
Ações em circulação no mercado	303.123.713	97,22%	303.123.713	97,22%
<b>Total de Ações</b>	<b>311.803.015</b>	<b>100,00%</b>	<b>311.803.015</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

<b>Acionistas</b>	<b>Posição em 31 de dezembro de 2011</b>			
	<b>Ações ON (Unid.)</b>	<b>%</b>	<b>Total de Ações (Unid.)</b>	<b>%</b>
Conselho de Administração	7.471.357	2,40%	7.471.357	2,40%
Diretoria	54.812	0,02%	54.812	0,02%
Ações em tesouraria	1.159.035	0,37%	1.159.035	0,37%
Ações em circulação no mercado	303.117.811	97,21%	303.117.811	97,21%
<b>Total de Ações</b>	<b><u>311.803.015</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>	<b><u>311.803.015</u></b>	<b><u>100,00%</u></b>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

*Cláusula Compromissória:*

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

**c. Ações em tesouraria**

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

<b>Descrição da operação</b>	<b>Quantidade de ações (unidade)</b>	<b>Valor</b>	<b>Preço médio por ação</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.159.035	18.617	16,06
Compras no exercício	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.159.035</u>	<u>18.617</u>	<u>16,06</u>

#### ***d. Lucro por ações***

##### *Básico*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<b>01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>01/01/2011 à 31/12/2011</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	85.192	145.455
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	311.803	311.803
Média ponderada das ações em tesouraria	(1.159)	(1.159)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.644	310.644
Lucro básico por ação - R\$	0,27424	0,46824

##### *Diluído*

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações.

<b>Acumulado no período</b>	<b>01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>01/01/2011 à 31/12/2011</b>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	85.192	145.455
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	310.644	310.644
Ajuste por opções de compra de ações	354	306
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	310.998	310.950
Lucro diluído por ação - R\$	0,27393	0,46815

#### ***e. Pagamento baseado em ações***

O Conselho de Administração aprovou em 07 de dezembro de 2010 um novo Plano de outorga de Ações para administradores e empregados da Companhia (“Novo Plano”) e no dia 16 de dezembro de 2010 estabeleceu as principais diretrizes para esse Novo Plano.

O Novo Plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2011, nesta mesma data, em reunião de Conselho de Administração foi aprovada a outorga de ações no âmbito do Novo Plano e o primeiro programa de outorga de ações que, dentre outras questões, elegeu os beneficiários.

O Conselho de Administração aprovou em 09 de maio de 2011 a eleição dos beneficiários do Novo Plano, e, observados os termos e condições estabelecidos no Primeiro Programa, a Diretoria celebrou os respectivos contratos de outorga de opções de ações com cada um dos beneficiários.

Cada Beneficiário, cumpridas as condições previstas no plano, receberá Opções para aquisição ou subscrição de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, em número correspondente ao percentual de até 250% (duzentos e cinquenta por cento) de Ações Próprias (adquiridas pelos beneficiários), sendo que os percentuais individuais para cada Beneficiário são definidos pelo Conselho de Administração e constam do Contrato celebrado com cada beneficiário.

Além do valor investido pelo Beneficiário para aquisição das Ações Próprias, não será exigida outra contraprestação em dinheiro do Beneficiário para o exercício do benefício, sendo que referido preço está consubstanciado na obrigação do Beneficiário em adquirir e manter as Ações Próprias em carteira (sob sua titularidade) pelo período de 3 (três) anos após a aquisição das mesmas.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Beneficiários, total ou parcialmente, após o decurso de 3 (três) anos completos a contar da data de celebração do Contrato (prazo de *Vesting*).

Respeitado o prazo de *Vesting*, o Beneficiário poderá exercer seu direito, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término do prazo de *Vesting*, respeitados os requisitos, datas e periodicidades específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

### **Opções outorgadas em maio de 2011**

No mês de maio de 2011 a Diretoria celebrou contratos de outorga de ações com os Beneficiários do plano. A quantidade de ações outorgadas inicialmente foi de 309.076 ações ON, atualmente são 114.775 ações ON outorgadas considerando os contratos cancelados e ajustes realizados no plano até 31 de dezembro de 2012, com prazo de *Vesting* até maio de 2014.

O saldo de 31 de dezembro 2012, registrado na rubrica de Opções Outorgadas, no patrimônio líquido, é de R\$ 814, equivalente a 61.660 ações ON que correspondem à quantidade total de ações outorgadas proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados conforme quadro abaixo:

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	60.971	945
Cancelamentos	(33.997)	(459)
Ajustes	(31.855)	(408)
Adições	<u>66.541</u>	<u>736</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>61.660</u>	<u>814</u>

### **Transações de pagamento baseado em ações – junho de 2012**

No mês de junho de 2012 a Diretoria celebrou contratos de outorga de opções de ações aos beneficiários do plano. A quantidade de ações outorgadas inicialmente foi de 259.959 ações ON, atualmente são 240.216 ações ON outorgadas considerando os contratos cancelados até 31 de dezembro de 2012, com prazo de *Vesting* até junho de 2015.

O saldo de 31 de dezembro de 2012, registrado na rubrica de Ações Outorgadas, no patrimônio líquido, é de R\$ 547, equivalente a 41.500 ações ON que correspondem à quantidade total de ações outorgadas proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados conforme quadro abaixo:

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>      -      </u>	<u>      -      </u>
Cancelamentos	(650)	(7)
Adições	<u>42.150</u>	<u>554</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>41.500</u>	<u>547</u>

### ***f. Dividendos e Juros sobre o capital próprio***

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Lucro líquido do exercício	85.192
Constituição da reserva legal	(4.260)
Base para distribuição de dividendos	80.932
<b>Proposta de dividendos</b>	
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	20.233
Dividendos adicionais propostos	<u>269</u>
Total de dividendos à distribuir	<u>20.503</u>
Total de dividendos à distribuir por ação	0,066
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2012 (ex-tesouraria)	310.643.980



### **Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros**

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2012, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em abril de 2012, onde os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como de orçamento de capital do ano de 2013, observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu estatuto social, conforme se segue:

	(não auditado)
<b>Aplicações:</b>	<b>em 2013:</b>
	-
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	149.462
TI – Modernização, desenvolvimento e manutenção	29.407
Outros	<u>21.131</u>
<b>Total das aplicações</b>	<b><u>200.000</u></b>
<b>Fontes:</b>	
Reserva de retenção de lucro	60.430
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2013 (não auditado)	<u>139.570</u>
<b>Total das fontes</b>	<b><u>200.000</u></b>

Parte dos recursos necessários para investimentos (conforme demonstrado acima) serão financiados pela geração operacional de caixa durante o ano de 2013. Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

## 23 Imposto de renda e contribuição social

- a) A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas, Dasa Brasil Participações, Cytolab, Imagem e Diagnóstico, Multimagem PET, Check-Up UP, Multi Imagem Petrópolis e Multi Imagem Caxias que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>98.513</u>	<u>169.148</u>	<u>131.260</u>	<u>210.889</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(33.494)	(57.510)	(44.628)	(71.702)
<b>Exclusões (adições) permanentes</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	24.366	34.945	-	-
Juros sobre capital próprio	(3.716)	(426)	-	10.200
Resultado de empresa controlada no exterior	-	-	(1.435)	(1.568)
<b>Outros ajustes</b>				
Outros	<u>(476)</u>	<u>(702)</u>	<u>(468)</u>	<u>(2.564)</u>
	<u>(13.320)</u>	<u>(23.693)</u>	<u>(46.531)</u>	<u>(65.634)</u>
- Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(36.753)	(24.429)
- Impostos diferidos	(13.320)	(23.693)	(9.778)	(41.205)
Alíquota efetiva	<u>-14%</u>	<u>-14%</u>	<u>-35%</u>	<u>-31%</u>

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

**b) Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	<b>Balanco patrimonial</b>		<b>Resultado</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Controladora</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	98.246	27.292	70.954
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	25.074	24.745	329
Amortização de ágio	997	6.857	(5.860)
Provisão serviços médicos especializados	3.757	373	3.384
Provisões diversas	168	2.135	(1.967)
Provisão para contingências	33.941	37.917	(3.976)
Amortização de gastos pré-operacionais	329	2.300	(1.971)
Revisão da vida útil do imobilizado	-	-	-
Outros	514	84	430
Amortização de ágio	(108.073)	(26.903)	(81.170)
Intangível identificado nas aquisições de participações - Efeito no resultado	(87.697)	(91.469)	3.772
Reavaliação da vida útil do imobilizado	(9.154)	(9.320)	166
Outros	(3.640)	(6.229)	2.589
Ativo ( passivo ) fiscal diferido, líquido	<b>(45.538)</b>	<b>(32.218)</b>	
Receita ( despesa ) de IR e CS diferidos			<b>(13.320)</b>
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	-	-	
Passivo fiscal diferido	(45.538)	(32.218)	
	<b>(45.538)</b>	<b>(32.218)</b>	
<u>Reconciliação do ativo ( passivo ) fiscal diferido</u>			
Saldo de Abertura	(32.218)		
Receita / ( despesa ) de imposto reconhecida no resultado	(13.320)		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<b>(45.538)</b>		

	<b>Balanco patrimonial Consolidado</b>		<b>Resultado Consolidado</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	124.801	36.812	87.989
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas	30.884	29.851	1.033
Amortização de ágio	28.297	45.405	(17.108)
Provisão serviços médicos especializados	6.339	373	5.966
Provisões diversas	214	2.962	(2.748)
Provisão para contingências	34.935	42.350	(7.415)
Amortização de gastos pré-operacionais	329	2.300	(1.971)
Revisão da vida útil do imobilizado	4.867	6.526	(1.659)
Outros	514	93	421
Amortização de ágio	(109.124)	(27.387)	(81.737)
Intangível identificado nas aquisições de participações - Efeito no resultado	(91.431)	(95.881)	4.450
Intangível identificado nas aquisições de participações - Efeito no Patrimônio líquido	(1.998)	-	(a)
Reavaliação da vida útil do imobilizado	(11.040)	(11.086)	46
Outros	(7.715)	(10.670)	2.955
Ativo ( passivo ) fiscal diferido, líquido	<b>9.872</b>	<b>21.648</b>	
Receita ( despesa ) de IR e CS diferidos			<b>(9.778)</b>
<u>Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :</u>			
Ativo fiscal diferido	57.002	53.866	
Passivo fiscal diferido	(47.130)	(32.218)	
	<b>9.872</b>	<b>21.648</b>	
<u>Reconciliação do ativo ( passivo ) fiscal diferido</u>			
Saldo de Abertura	21.648		
Receita / ( despesa ) de imposto reconhecida no resultado	(9.778)		
Imposto ( despesa ) reconhecido no patrimônio Líquido	(1.998)	(a)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<b>9.872</b>		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

Com relação aos tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, a Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 6 (seis) anos, conforme quadro de previsão de realização:

<b>Crédito fiscal acrescido / (utilizado) anualmente</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Total</b>
Imposto de Renda	14.810	21.774	29.951	25.230	91.765
Contribuição Social	5.332	7.839	10.782	9.083	33.035
	<b>20.141</b>	<b>29.613</b>	<b>40.734</b>	<b>34.313</b>	<b>124.801</b>

## 24 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Despesas com pessoal	156.977	143.142	216.154	187.943
Participação nos lucros e resultados e bônus	-	7.044	-	9.882
Serviços e utilidades	71.519	69.714	113.139	103.677
Depreciações e amortizações	58.700	40.415	68.306	51.087
Frete	27.360	13.426	30.697	14.349
Propaganda e publicidade	9.886	4.320	11.869	4.895
Impostos e taxas	1.196	1.061	2.348	4.272
Provisões diversas	3.089	12.530	1.039	11.016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos (a)	324	34.446	201	36.617
Despesas gerais	<u>20.296</u>	<u>17.408</u>	<u>34.979</u>	<u>11.877</u>
	<u>349.347</u>	<u>343.506</u>	<u>478.732</u>	<u>435.615</u>

(a) No exercício de 2011 as perdas com glosas e inadimplência eram registradas integralmente nesta rubrica, a partir de 2012 estas perdas estão registradas na rubrica de provisão e perdas por glosas e inadimplência (Nota explicativa nº28).

## 25 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

### *Estrutura do gerenciamento de risco*

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração, comitês institucionais, como o comitê de auditoria, o qual é responsável, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

- Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.

- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado, além de swap de indexador de dólar para CDI.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros (“Política”), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais à Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);

b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;

c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;

d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos, informados através do Comitê de Gestão.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Consolidado				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Derivativos	763	367	103	-	1.233
Fornecedores	84.429	-	-	-	84.429
Empréstimos bancários e financiamentos	44.520	32.587	12.218	58.072	147.397
Debêntures	74.485	294.580	589.919	-	958.984
Impostos parcelados	4.820	11.177	9.445	7.388	32.830
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>1.598</u>	<u>14.559</u>	<u>49.213</u>	<u>4.062</u>	<u>69.432</u>
	<u>210.615</u>	<u>353.270</u>	<u>660.898</u>	<u>69.522</u>	<u>1.294.305</u>

- Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora no montante de R\$ 91.991 (R\$ 86.373 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 23,28% (23,46% em 31 de dezembro de 2011) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado R\$ 109.220 (R\$ 103.869 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 21,03% (23,76% em 31 de dezembro de 2011).



2011) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 836.194 (R\$ 843.833 em 31 de dezembro de 2011) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados ao Comitê de Auditoria e à alta administração da Companhia.

#### *Gestão de capital*

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

Os índices consolidados de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empréstimos e financiamentos (a)	147.397	399.520
Debêntures (a)	958.984	709.633
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.233</u>	<u>3.124</u>
Total da dívida bruta	1.107.614	1.112.277
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>260.472</u>	<u>291.316</u>
Dívida líquida	<u>847.142</u>	<u>820.961</u>
Patrimônio líquido	2.607.192	2.542.020
Índice	0,32493	0,32296

(a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

## Instrumento financeiro por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros do Grupo por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

Controladora						
Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	186.680	-	-	203.453	-	-
Depósitos judiciais	91.117	-	-	85.431	-	-
Contas a receber de clientes	-	354.812	-	-	352.456	-
<b>Ativos</b>	<u>277.797</u>	<u>354.812</u>	<u>-</u>	<u>288.884</u>	<u>352.456</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	54.714	-	-	52.748
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	28.152	-	-	308.587
Debêntures	-	-	958.984	-	-	709.633
Derivativos	1.233	-	-	3.124	-	-
Impostos parcelados	-	-	12.392	-	-	13.539
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	58.600	-	-	66.110
<b>Passivos</b>	<u>1.233</u>	<u>-</u>	<u>1.112.842</u>	<u>3.124</u>	<u>-</u>	<u>1.150.617</u>

  

Consolidado						
Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	302.020	-	-	354.900	-	-
Depósitos judiciais	95.347	-	-	88.670	-	-
Contas a receber de clientes	-	498.455	-	-	490.019	-
<b>Ativos</b>	<u>397.367</u>	<u>498.455</u>	<u>-</u>	<u>443.570</u>	<u>490.019</u>	<u>-</u>
Fornecedores	-	-	84.429	-	-	76.641
Empréstimos bancários e financiamentos	-	-	147.397	-	-	399.520
Debêntures	-	-	958.984	-	-	709.633
Derivativos	1.233	-	-	3.124	-	-
Impostos parcelados	-	-	32.830	-	-	40.524
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	69.432	-	-	79.505
<b>Passivos</b>	<u>1.233</u>	<u>-</u>	<u>1.293.072</u>	<u>3.124</u>	<u>-</u>	<u>1.305.823</u>

## **Hierarquia de valor justo**

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 302.020 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 354.900 em 31 de dezembro de 2011) e instrumentos financeiros derivativos nos valores consolidados de R\$ 1.233 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.124 em 31 de dezembro de 2011).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### *a. Valores estimados de mercado*

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

### *b. Instrumentos Derivativos*

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são Termo de Moeda a Termo e *swaps* de taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. As premissas utilizadas para os cálculos das pontas Ativas e Passivas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*:

### Instrumentos financeiros - Derivativos a pagar (Consolidado)

<u>Valor de mercado ( Contábil)</u>												
Empresa Estratégia	Indexador Ativo	Ativo	Indexador Passivo	Passivo	Valor justo	Valores marcação a custo	Ganho (perda) na mercado	Moeda/ indexador	Faixa de vencimento	Nacional	Mercado de Negociação	Contra- parte
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo												
Swap - Hedge Variação Cambial	Dólar	19.776	78,55% do CDI	(21.009)	(1.233)	(2.362)	1.129	Dólar	04/2010 a 03/2016 *	9.798	Balcão	Banco HSBC
		<u>19.776</u>		<u>(21.009)</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(2.362)</u>	<u>1.129</u>					
Classificadas no passivo circulante					(763)							
Classificadas no passivo não circulante					(470)							
* Vencimento mensal												

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado:

			<u>Receita (Despesa)</u>	
Derivativos	Risco	Conta contábil	31/12/12	31/12/11
Banco Bradesco	Variação cambial	Receitas financeiras/		
	Juros Ajuste Valor Justo	(despesas financeiras)	-	(2.618)
Merril Lynch	Variação cambial	Receitas financeiras/		
	Juros Ajuste Valor Justo	(despesas financeiras)	-	(3.122)
Credit Suisse	Variação cambial	Receitas financeiras/		
	Juros Ajuste Valor Justo	(despesas financeiras)	-	(4.220)
Banco HSBC (NDF)	Variação cambial	Receitas financeiras/		
	Juros Ajuste Valor Justo	(despesas financeiras)	-	(1.593)
Banco HSBC (SWAP)	Variação cambial	Receitas financeiras/		
	Juros Ajuste Valor Justo	(despesas financeiras)	<u>728</u>	<u>(1.721)</u>
			<u>728</u>	<u>(13.274)</u>

### ***Análise de sensibilidade de derivativos***

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

#### ***Variação cambial***

O valor de mercado foi calculado de acordo com as projeções, na data destas demonstrações financeiras, de cotações futuras do dólar norte-americano obtidas na BM&FBovespa. No caso dos cenários, conforme determinado pela supracitada instrução, foram adicionados os percentuais de estresse nela definidos.

Considerando a manutenção da exposição (nacional) e as variações supracitadas, a simulação dos efeitos da desvalorização do dólar nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para dois cenários distintos seriam:

<b>Contratos</b>	<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Valor de mercado em 31/12/2012</b>	<b>Depreciação 25%</b>	<b>Depreciação 50%</b>
Contrato de SWAP - HSBC	Queda do				
Posição ativa - Variação Cambial	Dólar - US\$	<u>9.798</u>	<u>19.776</u>	<u>(4.944)</u>	<u>(9.887)</u>
		<u>9.798</u>	<u>19.776</u>	<u>(4.944)</u>	<u>(9.887)</u>

#### ***Variação das taxas de juros***

O valor de mercado foi calculado de acordo com as projeções, na data destas demonstrações financeiras, de cotações futuras para cada vencimento de principal e juros obtidas na BM&FBovespa. No caso dos cenários, conforme determinado pela supracitada instrução, foram adicionados os percentuais de estresse nela definidos.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2012 seja mantido, os efeitos do aumento do CDI nas demonstrações financeiras consolidadas por tipo de instrumento financeiro, para dois cenários distintos, seriam:

<b>Contratos</b>	<b>Risco</b>	<b>Exposição</b>	<b>Valor de mercado em 31/12/2012</b>	<b>Aumento 25%</b>	<b>Aumento 50%</b>
Contrato de SWAP - HSBC	Aumento				
Posição passiva - Juros	do CDI	<u>9.798</u>	<u>(21.008)</u>	<u>61</u>	<u>120</u>
		<u>9.798</u>	<u>(21.008)</u>	<u>61</u>	<u>120</u>

## Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para *Senior Notes* e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,25% para o CDI e R\$ 2,07 para a taxa de câmbio (R\$/US\$).

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012.

Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(Provável)		
Aplicação Financeira	31.953	Dólar	(414)	7.988	15.977
Taxa sujeita à variação			2,07	1,53	1,02

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2012	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	963.239	CDI	69.835	87.294	104.752
			7,25%	9,06%	10,88%
Capital de giro	28.669	CDI	2.079	2.598	3.118
			7,25%	9,06%	10,88%
Demais	4.437	Pré-fixada	-	-	-
Notas ( <i>Senior Notes</i> )	59.652	Dólar	774	14.913	29.826
			2,07	2,55	3,07

(a) Taxa sujeita à variação

## Valor justo

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b><u>ATIVO</u></b>				
Aplicações Financeiras	186.680	186.680	203.453	203.453
Depósitos judiciais	91.117	91.117	85.431	85.431
Clientes	354.812	354.812	352.456	352.456
<b><u>PASSIVO</u></b>				
Fornecedores	54.714	54.714	52.748	52.748
Debêntures	958.984	962.649	709.633	709.633
Derivativos	1.233	1.233	3.124	3.124
Empréstimo bancário – Banco Credit Suisse	-	-	110.252	110.155
Demais empréstimos bancários	28.152	28.152	47.767	47.767
Nota Promissória - Banco do Brasil	-	-	150.568	150.568
Empréstimos e Financiamentos	28.152	28.152	308.587	308.490



	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b><u>ATIVO</u></b>				
Aplicações Financeiras	302.020	302.020	354.900	354.900
Depósitos judiciais	95.347	95.347	88.670	88.670
Clientes	498.455	498.455	490.019	490.019
<b><u>PASSIVO</u></b>				
Fornecedores	84.429	84.429	76.641	76.641
Debêntures	958.984	962.649	709.633	709.633
Derivativos	1.233	1.233	3.124	3.124
Empréstimo bancário - Banco do Brasil	28.669	28.753	-	-
Empréstimo bancário – Banco Credit Suisse	-	-	110.252	110.155
Demais empréstimos bancários	59.076	59.076	83.945	83.945
Nota Promissória - Banco do Brasil	-	-	150.568	150.568
Notas ( <i>Senior Notes</i> )	59.652	64.020	54.755	60.191
Empréstimos e Financiamentos	147.397	151.849	399.520	404.859

## 26 Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

### a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e suas controladas – na controladora e consolidado

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Clientes</b>		
CientificaLab	3396	452
CERPE	162	255
Cytolab	6	365
Previlab	<u>979</u>	<u>13</u>
	<u>4.543</u>	<u>1.085</u>
<b>Fornecedores</b>		
DASA RE (i)	184	177
CientificaLab (ii)	-	94
Sérgio Franco (ii)	<u>2.242</u>	<u>-</u>
	<u>2.426</u>	<u>271</u>
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Receita de serviços</b>		
CientificaLab	3.352	5.941
CERPE	588	807
Previlab	1.750	113
Cytolab	<u>1.215</u>	<u>625</u>
	<u>6.905</u>	<u>7.486</u>
<b>Custos dos serviços prestados</b>		
DASA RE (i)	1.797	1.573
CientificaLab (ii)	99	606
Sérgio Franco (ii)	<u>19.961</u>	<u>-</u>
	<u>21.857</u>	<u>2.179</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

**b) Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC e mútuo**

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	15.500	11.500
DASA Brasil Participações Ltda.	-	21.058
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.	-	9.350
Pro Echo Cardiodata Serv.Medicos Ltda.	-	1.840
Cytolab- Laboratorio A. Clinicas Ltda	-	<u>1.600</u>
	<u>15.500</u>	<u>45.348</u>
Outros (a)	-	<u>2.959</u>
	<u>15.500</u>	<u>48.307</u>

(a) Trata-se substancialmente de contrato mútuo com DASA Brasil Participações Ltda., a uma taxa de CDI mais 1,6% a.a.

**c) Remuneração da administração**

A remuneração total da administração, incluindo a remuneração fixa e gratificações, foi de R\$ 3.041 no exercício de 2012 e de R\$ 2.483 no exercício findo em 2011 paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 5 membros no exercício de 2012 e também de 5 membros em 2011), e de R\$ 8.896 no exercício de 2012 e de R\$ 8.935 no exercício findo em 2011 paga aos diretores estatutários (média de 12 diretores estatutários no exercício de 2012 e de 12 também no exercício de 2011).

A remuneração baseada em ações está divulgada na Nota Explicativa nº 22. Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

**d) Obrigação assumida na aquisição do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife S.A. (CERPE)**

De acordo com o contrato de aquisição de CERPE pela controlada DA Participações Ltda. e o primeiro acordo de acionistas firmado entre DA Participações e o sócio não controladores de CERPE firmado em 19 de novembro de 2010, foi assegurado o pagamento de dividendo mínimo ao sócio minoritário até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 correspondente ao valor de R\$ 23.437, atualizado até 01 de dezembro de 2012.

Em 06 de dezembro de 2012 a Companhia e o sócio não controladores de CERPE celebraram o segundo aditivo ao acordo de acionistas onde concordaram que a controlada CERPE indenizasse o acionista não controladores, mediante o pagamento antecipado do valor total dos dividendos mínimos assegurados, tendo sido acordado um valor total de R\$ 22.817, considerando a aplicação de um desconto em razão do cálculo da indenização a valor presente. Para o pagamento integral desta indenização foram utilizados os recursos depositados em fundo de renda fixa disponíveis em conta vinculada aberta na data de aquisição de CERPE.

**e) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2012. Estes saldos não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.**

<u>Mutuante</u>	<u>Mutuário</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxa</u>
Pro Echo	Sérgio Franco	33.772	100% CDI
Pro Echo	CDPI	22.502	100% CDI
Pro Echo	Check-Up	2.829	CDI + 1,6% a.a.
Pro Echo	Previlab	5.392	CDI + 1,6% a.a.
Pro Echo	CientificaLab	7.045	100% CDI
Pro Echo	Multi-Imagem	2.127	100% CDI
Pro Echo	CERPE	<u>614</u>	100% CDI
		<u>74.281</u>	

**Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas**

- Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda: Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços, com base em remuneração fixa, de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região que atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- A e C Consultores Ltda: Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços, com base em remuneração fixa, de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda: Empresa controlada pelo Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor de radiologia e métodos gráficos da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, para a prestação serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para as controladas: CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda, CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia, em condições de mercado.

- Contrato com RMR Ressonância Magnética Ltda: Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 33,24% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para as controladas CDPI – Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda, CRMI – Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia, em condições de mercado.

A seguir, valores de serviços prestados pelas empresas acima nos exercícios de 2012 e 2011:

<u>Contratada</u>	<u>Contratante</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda	Previlab	192	80
A e C Consultoria Ltda	Previlab	392	192
Pesmed – Pesquisa e Serviços Médicos Ltda	CDPI	303	357
Pesmed – Pesquisa e Serviços Médicos Ltda	CRMI	96	96
RMR Ressonância Magnética Ltda	CDPI	1.844	1.930
RMR Ressonância Magnética Ltda	CRMI	1.921	1.773
RMR Ressonância Magnética Ltda	CRMI Caxias	77	-

## 27 Arrendamento mercantil

### *Leasing nacional*

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado com opção de compra, totalizando um saldo a pagar até 2015 no montante de R\$ 30.801 no consolidado, sendo, deste montante, R\$ 15.632 classificados no passivo circulante e R\$ 15.169 no passivo não circulante. O prazo médio dos contratos é de 36 meses e estão vinculados a taxas de juros que variam de CDI + 1,18 % a.a. a CDI + 2,10 % a.a.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide Nota Explicativa nº 16, estão segregados da seguinte forma:

<u>31/12/2012</u>						
	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros Mínimos</b>
Até um ano	4.205	176	4.381	15.632	653	16.285
De um ano e até cinco anos	<u>4.041</u>	<u>169</u>	<u>4.210</u>	<u>15.169</u>	<u>634</u>	<u>15.803</u>
	<u>8.246</u>	<u>345</u>	<u>8.591</u>	<u>30.801</u>	<u>1.287</u>	<u>32.088</u>

  

<u>31/12/2011</u>						
	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros Mínimos</b>
Até um ano	4.089	169	4.258	11.814	488	12.302
De um ano e até cinco anos	<u>7.491</u>	<u>309</u>	<u>7.800</u>	<u>18.677</u>	<u>761</u>	<u>19.438</u>
	<u>11.580</u>	<u>478</u>	<u>12.058</u>	<u>30.491</u>	<u>1.249</u>	<u>31.740</u>

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia e das suas controladas.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro nacionais:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/12</b>	<b>31/12/11</b>
Aparelhos e Equipamentos	7.560	8.760	20.391	23.830
Móveis e utensílios	48	57	62	79
Veículos	1	15	42	84
Equipamentos de Informática	694	1.380	1.052	1.761
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-
Instalações	70	79	68	79
Sistema de Informática	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>30</u>	<u>49</u>
	<u>8.376</u>	<u>10.295</u>	<u>21.645</u>	<u>25.882</u>

### ***Leasing internacional***

A Companhia é arrendatária de equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços, conforme contratos de arrendamento mercantil com opção de compra. O prazo para pagamento é de 84 meses, e para a primeira parcela foi estabelecida uma carência de 6 meses para o pagamento, e para as demais os pagamentos ocorrerão trimestralmente e semestralmente. As parcelas trimestrais e semestrais fixadas em dólares norte-americanos serão convertidas para reais pela cotação do dólar de mercado na data do pagamento, acrescidos de juros que variam de 7,20% a.a. a 9,00% a.a., totalizando um saldo a pagar até 2016 no montante de R\$ 24.718 sendo deste montante R\$ 14.346 classificados no passivo circulante e R\$ 10.372 no passivo não-circulante.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<b>31/12/2012</b>					
	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>Valor Presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos futuros mínimos</b>
Até um ano	11.384	747	12.131	12.984	852	13.836
De um ano e até cinco anos	<u>7.271</u>	<u>477</u>	<u>7.748</u>	<u>8.403</u>	<u>552</u>	<u>8.955</u>
	<u>18.655</u>	<u>1.224</u>	<u>19.879</u>	<u>21.387</u>	<u>1.404</u>	<u>22.791</u>

31/12/2011						
	Controladora			Consolidado		
	Valor Presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos
Até um ano	12.876	869	13.745	15.349	1.036	16.385
De um ano e até cinco anos	<u>16.982</u>	<u>1.146</u>	<u>18.128</u>	<u>19.561</u>	<u>1.316</u>	<u>20.877</u>
	<b><u>29.858</u></b>	<b><u>2.015</u></b>	<b><u>31.873</u></b>	<b><u>34.910</u></b>	<b><u>2.352</u></b>	<b><u>37.262</u></b>

Os contratos de arrendamento financeiro internacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 53.800 (R\$ 65.806 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$ 72.507 (R\$ 88.615 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

## 28 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta	1.767.938	1.707.432	2.489.994	2.390.134
Deduções:				
Impostos	(100.788)	(98.265)	(143.555)	(137.276)
Provisão e perda por glosas e inadimplência (a)	(65.969)	(68.080)	(76.673)	(70.196)
Descontos	<u>(5.555)</u>	<u>(2.660)</u>	<u>(5.624)</u>	<u>(2.788)</u>
	<b><u>1.595.626</u></b>	<b><u>1.538.427</u></b>	<b><u>2.264.142</u></b>	<b><u>2.179.874</u></b>

No exercício de 2012, as provisões e perdas por glosas e inadimplência somaram R\$ 76.673 que, comparadas com R\$ 106.813 do exercício de 2011, montante composto por R\$ 36.617 de perdas com glosas e devedores duvidosos, que eram contabilizadas integralmente em Despesas gerais e administrativas (Nota explicativa nº 24), e R\$ 70.196 de provisão para glosas e inadimplência, representa melhora substancial na qualidade do crédito e no processo de contas a receber, com redução de perdas equivalente a 28,2% de um exercício para o outro.

## 29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(99.670)	(158.477)	(116.183)	(174.850)
Variações cambiais e monetárias passivas	(16.256)	(44.991)	(22.440)	(47.928)
Outros	<u>(21.541)</u>	<u>(29.428)</u>	<u>(25.996)</u>	<u>(36.427)</u>
	(137.467)	(232.896)	(164.619)	(259.205)
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	14.647	32.881	26.694	52.566
Variações cambiais e monetárias ativas	16.231	40.820	19.413	41.245
Outros	<u>929</u>	<u>796</u>	<u>4.820</u>	<u>1.731</u>
	31.807	74.497	50.927	95.542
	<u>(105.660)</u>	<u>(158.399)</u>	<u>(113.692)</u>	<u>(163.663)</u>

## 30 Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2013, o conselho administrativo de defesa econômica aprovou a operação objeto do ato de concentração nº 08012.007540/2011-58 referente a aquisição da CYTOLAB, determinando apenas a alteração na abrangência geográfica da cláusula de não concorrência pactuada com os vendedores.

\* \* \*

Dickson Esteves Tangerino  
Diretor Presidente

Paulo Bokel Catta-Preta  
Diretor de Relações com Investidores

Cynthia May Hobbs Pinho  
Diretora Vice Presidente e Financeira

Daniel Vendramini da Silva  
TC-CRC 1SP125812/O-1